

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS

VIVIAN BENFATTI GAZZOLA

**ABORDAGEM HISTÓRICA SOBRE O CAFÉ NO
ESTADO DE SÃO PAULO E SUAS RELAÇÕES
SOCIAIS**

ARARAS -SP
2025

VIVIAN BENFATTI GAZZOLA

**ABORDAGEM HISTÓRICA SOBRE O CAFÉ NO ESTADO DE SÃO PAULO E SUAS
RELAÇÕES SOCIAIS**

Trabalho Final de Graduação
apresentado ao Curso de Engenharia
Agrônoma – CCA – UFSCar para a
obtenção do título de Engenheira
Agrônoma.

Orientadora: Profa. Dra. Marta Regina
Verruma-Bernardi.

Araras-SP
2025

A todas as pessoas escravizadas e imigrantes que trabalharam nas produções de café paulista, que suas histórias nunca sejam apagadas ou esquecidas, dedico.

AGRADECIMENTO

Agradeço aos meus pais, Ana Paula Benfatti e Israel Idelmo Gazzola, por valorizarem os estudos em minha criação como forma de desenvolvimento profissional, mas, principalmente, pessoal. Acredito que a educação tenha poder transformador e acredito que a que vocês me proporcionaram pôde me moldar na pessoa em que tenho orgulho de ser hoje.

À minha irmã, Heloísa Benfatti Gazzola, por sempre me apoiar e incentivar meu pensamento crítico, você vê em mim a pessoa que quero me tornar. À minha amiga e companheira de casa Mariana Vignola, por estar comigo na minha vivência acadêmica e nos desafios da rotina, quando tudo parecia incerto você foi meu chão e porto-seguro.

Aos meus amigos de graduação, em especial Gabriel Silvério e Luana Isabela Matheus, aos meus amigos do trabalho, em especial Deborah Souza, Maria Augusta Merlo, Iaci Dias Baraúna Paulino Luz e Guilherme Guizi, aos meus amigos pessoais Bruno Garbelini Zana e Gustavo Vinicius Alba e ao meu parceiro Vinícius Delgado Amaral Pinto, o apoio de vocês foi imprescindível e essencial para a conclusão dessa jornada.

Aos meus professores, que auxiliaram na formação da profissional que pretendo ser, em especial à minha orientadora Profa. Dra. Marta Regina Verruma-Bernardi, por acreditar e me direcionar na construção desse trabalho, do qual tenho a honra e gratidão de poder realizar, sua atenção e suporte são admiráveis e você é inspiração para mim e para muitas outras alunas.

Por fim, agradeço a todos as pesquisadoras e pesquisadores que dedicaram e dedicam o seu tempo e empenho em se debruçar sobre temas tão interessantes e complexos como os abordados pelo presente trabalho, sem seus esforços prévios ele não seria realizado. Que a pesquisa científica continue sendo combustível para a produção de conhecimento.

RESUMO

Este trabalho realiza uma abordagem histórica sobre a *commodity* café no estado de São Paulo a partir de uma revisão narrativa. O Brasil é o maior produtor e exportador de café do mundo e o Porto de Santos, em São Paulo, contribuiu significativamente para a consolidação desta posição através das décadas. Sendo majoritariamente cultivado nas espécies *Coffea arabica* e *Coffea canephora*, o café moldou dinâmicas sociais no estado de São Paulo, que por muitos anos foi o maior produtor de café do Brasil. A produção no estado seguia os moldes nacionais: para exportação em larga escala, conformação que protagoniza disputas políticas, a era escravagista, bem como a herança racista desta prática, a elitização do “*Café society*”, a popularização do cafezinho preto do dia a dia e a volta da gourmetização com o “café pós-moderno”. Após a decadência do café no estado, São Paulo passa a ser o terceiro maior produtor de café do Brasil, mas tem oportunidade de se inserir nas tendências atuais com a crescente valorização de cafés diferenciados e certificados, em consonância com as demandas contemporâneas de sustentabilidade e inovação no mercado global.

Palavras-chave: café no estado de São Paulo; história paulista; políticas agrícolas; ondas do café.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Grão de café robusta e arábica	14
Figura 2 - Morfologia <i>Coffea arabica</i> L.	15
Figura 3 - Morfologia <i>Coffea canephora</i> Pierre ex A.Froehner	16
Quadro 1 - As 20 maiores casas exportadoras de café em Santos, 1897 a 1906, média anual das sacas (60 kg) exportadas e participação percentual nas exportações totais em %	18
Quadro 2 - As 20 maiores casas exportadoras de café em Santos, 1920 a 1930, média anual das sacas (60 kg) exportadas e participação percentual nas exportações totais em %	22
Figura 4 - Quadro “Café”, de Candido Portinari (1935)	26
Figura 5 - Participação do café no total das exportações do estado de São Paulo de 1915 a 2020 em %.	36
Figura 6 - Roda de sabores do café	46
Figura 7 - Canais de comercialização em agronegócios	47
Figura 8 - Fluxograma do agronegócio do café	50

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Produção de café em arrobas no município de São Carlos	23
Tabela 2 - Área cultivada com as principais lavouras do estado de São Paulo, 1960 e 1980	35
Tabela 3 - Comparativo entre São Paulo e Brasil na produção de café em grão Arábica e Canephora em diversos parâmetros segundo o IBGE 2023 - Área plantada ou destinada à colheita (Hectares)	37
Tabela 4 - Comparativo entre São Paulo e Brasil na produção de café em grão Arábica e Canephora em diversos parâmetros segundo o IBGE 2023 - Área colhida (Hectares)	37
Tabela 5 - Comparativo entre São Paulo e Brasil na produção de café em grão Arábica e Canephora em diversos parâmetros segundo o IBGE 2023 - Quantidade produzida (Toneladas)	37
Tabela 6 - Comparativo entre São Paulo e Brasil na produção de café em grão Arábica e Canephora em diversos parâmetros segundo o IBGE - 2023 Valor da produção (Mil Reais)	37
Tabela 7 - Destino das Exportações de Café Verde em milhões sacas (60 kg) segundo Sumário Executivo do Café de Junho de 2025	38
Tabela 8 - Café Moído: Evolução dos Preços Médios Mensais no Varejo de São Paulo (R\$/500 g.)	41

LISTA DE SIGLAS

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

ABIC - Associação Brasileira da Indústria de Café

SEMIL - Secretaria do Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	OBJETIVOS	12
2.1	Objetivo geral	12
2.2	Objetivos específicos	12
3	MATERIAL E MÉTODOS	13
4	DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO	14
4.1	Caracterização das espécies de café e sua comercialização	14
4.2	A chegada do café em São Paulo	17
4.3	Café como expressão de cultura e arte paulista	24
4.4	Os trabalhadores da cafeicultura	27
4.5	Decadência do café paulista	33
4.6	O comércio e consumo atual de café	36
4.7	A nova cultura do café no Brasil	41
4.7	O café “pós-moderno” e novas oportunidades	45
	CONCLUSÃO	52
	REFERÊNCIAS	54

1 INTRODUÇÃO

O Brasil é o maior produtor e exportador de café do mundo e produz o dobro de café do segundo colocado no ranking, o Vietnã (Ximenes; Vidal, 2017). Ao observar que o país por vezes acompanhou, por vezes ditou e por vezes foi refém das ondas mundiais da cafeicultura, torna-se inegável a importância econômica e histórica da commodity para a nação e o estado de São Paulo protagoniza esse desenrolar de mercados e eventos históricos.

A cultura do café desempenhou um papel fundamental na formação econômica, social e cultural do estado de São Paulo, configurando-se como um dos pilares mais relevantes para o desenvolvimento paulista e brasileiro desde o século XIX. O cultivo e a comercialização, principalmente do café arábica, não apenas moldaram a dinâmica produtiva regional, mas também influenciaram profundamente as relações sociais, políticas e identitárias do estado até hoje que, ao representar quase 10% de toda a área plantada do Brasil (IBGE, 2024), destaca a exportação do café como pilar fundamental da economia paulista.

As diferentes fases da produção e comercialização do café no estado de São Paulo acompanharam os fluxos e refluxos do capitalismo mundial, sofrendo impactos de guerras, crises financeiras, avanços tecnológicos e transformações sociais. Desde o auge das exportações, quando o Porto de Santos era o principal canal de escoamento do produto para os mercados internacionais, até o declínio da cultura cafeeira diante da diversificação agrícola e da industrialização, o café sempre se manteve como referência.

No século XIX, São Paulo assistiu à consolidação do café como principal produto de exportação, especialmente após a expansão das ferrovias e a abertura de novos mercados internacionais. Essa fase inicial foi marcada por um forte vínculo entre o latifúndio cafeeiro e a economia de exportação, acompanhada da exploração de mão de obra escrava e, posteriormente, imigrante, cujas condições de trabalho influenciaram no surgimento da sociedade de classes no estado de São Paulo. O sistema de produção cafeeira gerou profundas desigualdades e estabeleceu relações complexas entre produtores, comissários, atravessadores e mercados futuros, que até hoje afetam a cadeia produtiva do café.

No século XX, a economia cafeeira começou a enfrentar crises derivadas de fatores internacionais e internos. Paralelamente às guerras, conflitos políticos

internos, a escassez de mão de obra e a necessidade de modernização produtiva, o café passou a se inserir mais intensamente na cultura popular, desdobrando-se em diversas expressões artísticas e sociais no estado de São Paulo. A bebida deixou de ser exclusivamente símbolo da elite do “Café Society” e ganhou protagonismo nas relações de trabalho e nas referências culturais da população, inclusive manifestada na música, literatura e artes visuais. Muitas vezes, subjugados à interesses externos com artistas como Cândido Portinari, que projetou a imagem do café e do trabalhador brasileiro no cenário internacional de maneira romântica na era da política da boa vizinhança com os Estados Unidos, principal importador do café nacional desde seu início até os dias de hoje.

O declínio produtivo da cafeicultura paulista nas décadas finais do século XX e início do XXI não significou o fim do impacto do café na região, mas sim uma transformação das relações comerciais e culturais associadas a essa economia. Novos mercados surgiram, buscando agregar valor simbólico e sensorial ao produto, em consonância com as tendências globais de consumo consciente e sustentável. Ainda assim, persistem desafios estruturais na cadeia de comercialização, com o produtor frequentemente alienado do consumidor final, e a priorização das exportações em detrimento do mercado interno.

Portanto, faz-se necessário o estudo aprofundado das relações comerciais do café no estado de São Paulo, desde seu surgimento até a contemporaneidade, identificando seus impactos sociais e econômicos. A presente revisão investiga as trajetórias históricas e os desdobramentos sociais do café, contribuindo para a ampliação do conhecimento sobre as especificidades da cafeicultura paulista e indicar práticas que possam reconciliar tradição, inovação e justiça social, fortalecendo a identidade e a economia do estado no contexto global atual.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo geral

Realizar uma revisão narrativa de literatura bibliográfica para analisar as relações comerciais do café no estado de São Paulo a partir de seu histórico e identificar seus impactos sociais e econômicos da exportação.

2.2 Objetivos específicos

Caracterizar as espécies de café do ponto de vista botânico e comercial; resgatar , historicamente, a chegada do café no estado de São Paulo; abordar o impacto da cafeicultura na cultura e na arte paulista do século XIX até os dias atuais; relatar a história dos trabalhadores da cafeicultura paulista com um olhar sociológico; reaver a história da decadência do café no estado de São Paulo e comparar com as questões sociais da época; discorrer sobre o cenário atual da cafeicultura à partir de sua história.

3 MATERIAL E MÉTODOS

Este estudo realizou uma revisão narrativa de literatura especializada conforme descrito por Fernandes, Vieira e Castelhana (2023) como uma forma de mapear os saberes científicos produzidos em uma dada área técnicas-discursiva, apresentando parâmetros críticos, atualizantes e dialógicos buscando gerar reflexões, discussões, contextualizações teóricas e levantamentos dialógicos perante as construções revisoras-literárias distanciando-se do rigor extensivo das revisões sistemáticas. Realizada entre janeiro de 2025 e junho de 2025, utilizou-se a biblioteca eletrônica SciELO, o Google Acadêmico e o portal de periódicos da CAPES, sendo as buscas nessas fontes através dos termos indexadores “café São Paulo”, “histórico café São Paulo”, “produção café”, “produtores de café em São Paulo”, “comercialização do café”, “comercialização do café em São Paulo”, “café século XIX”, “café século XX” e “café século XXI”. Alguns artigos utilizados são internacionais. As publicações foram pré-selecionadas pelos títulos, os quais deveriam constar como primeiro critério conexão com o Brasil, o estado de São Paulo ou a comercialização do café.

A análise do material selecionado tomou como referência a categorização dos estudos de acordo com o tipo do estudo e objetivos, local de realização da pesquisa, ano de publicação, as revistas nas quais foram veiculados e principais resultados encontrados.

Em conjunto com os artigos selecionados, foram utilizados diversos dados de órgãos governamentais, sendo eles o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Flora e Funga do Brasil do projeto REFLORA, materiais do Governo do Estado de São Paulo como a revista “Rotas do Café de São Paulo” e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), além de entidades especializadas na cultura em questão, como a Revista Cafeicultura e Associação Brasileira da Indústria de Café (ABIC), e livros e músicas relevantes à discussão desenvolvida no presente trabalho.

4 DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO

4.1 Caracterização das espécies de café e sua comercialização

A bebida café vem dos grãos obtidos dos frutos de plantas paleotropicalis, ou seja, que é relativo ou pertencente à divisão fitogeográfica que compreende as subdivisões africana, indo-malásia e polinésia, de gênero *Coffea L.*, que são descritos pelo Flora e Funga do Brasil, no projeto ReFlora, como sendo do tipo drupa, elipsoide a subgloboso, carnoso ou raramente seco, quando maduros, manifestam cores como vermelho, alaranjado, roxo ou negro num envólucro cartáceos a coriáceos e tem 1 semente por pirênio, apresentando sempre 2 pirênios, ou seja, duas sementes por fruto (Almeida; Antar, 2025). O gênero é uma angiosperma da família Rubiaceae Juss não endêmica do Brasil e conta com aproximadamente 120 espécies (Jardim Botânico do Rio de Janeiro, 2025) das quais duas espécies são de interesse comercial: a *Coffea arabica L.* e a *Coffea canephora* (Figura 1), sendo a *Coffea canephora* também conhecida genericamente e sinonimamente pelos materiais genéticos dos grupos Conilon e Robusta, os quais geram as mais famosas cultivares da espécie (Ferrão, 2020). As diferenças entre essas duas espécies vão desde o número de cromossomos (44 e 22, respectivamente), do tempo da florada e formação dos frutos (7 a 9 e 10 a 11 meses, respectivamente) até características da bebida final, podendo ser mais doce ou mais amarga ao paladar a depender da espécie (Silva; Chicone, 2025). A espécie mais utilizada na produção de café é a *Coffea arabica* (Davis et al., 2006, p. 470).

Figura 1. Grão de café robusta e arábica



Fonte: Adaptado de Fazuoli (1986).

As plantas da espécie *Coffea arabica* são caracterizadas por serem arbustos monocaules (Silva; Chicone, 2025), com até 4,0 m de altura de folhas com comprimento de lâmina raramente maiores que 15 cm cujo ápice é em forma de estípula nos ramos jovens e em forma acuminado nas folhas maiores que 10 mm de comprimento, sua inflorescência é caracterizada por apresentar de 1 à muitas cimeiras por axila (Figura 2) (Jardim Botânico do Rio de Janeiro, 2025).

Nas análises de Agnoletti (2015), as amostras de café arábica apresentaram médias superiores e significativamente distintas das médias de acidez de todos os padrões de qualidade de café conilon. Nessas mesmas análises, os teores de açúcares totais apresentados pelo café arábica foram maiores que as do café canephora e, justamente por ostentar aromas e sabores mais apreciados no mundo inteiro, é a bebida de maior aceitação em todos os mercados, sendo por isso mais valorizado comercialmente (Silva; Chicone, 2025) apresentando um preço mínimo de garantia de R\$ 637,91 a saca de 60 quilogramas na safra de 2024/2025 e R\$ 662,04 na safra de 2025/2026, segundo o sumário executivo do café (Brasil, 2025) mostrando um aumento no preço da saca de um ano para o outro.

Figura 2. Morfologia *Coffea arabica* L.



Fonte: Jardim Botânico do Rio de Janeiro (2025).

As plantas da espécie *Coffea canephora*, também conhecida popularmente como conilon ou robusta, como já citado anteriormente, são caracterizadas por serem arbustos multicaules, e quando atingem a maturidade possuem copas mais desenvolvidas e porte mais elevado (Mendes; Guimarães, 1996). As sementes e frutos do café conilon são maiores (Silva; Chicone, 2025) e apresentam folhas com comprimento de lâmina de 8 a 24 cm, também apresentando ápice em forma de estípula nos ramos jovens e em forma acuminado nas folhas maiores que 10 mm de comprimento, contudo, sua inflorescência varia de 1 até 3 cimeiras por axila (Figura 3) (Jardim Botânico do Rio de Janeiro, 2025). Nas análises de (Agnoletti, 2015) apresentaram teores de cafeína superiores ao café arábica. O café conilon é mais aceito no mercado norte-americano e europeu por ser utilizado na indústria de café solúvel com seu valor reduzido (Toledo; Barbosa, 1998), o preço mínimo de garantia foi de R\$423,08 a saca de 60 quilogramas na safra de 2024/2025 e R\$498,79 na safra de 2025/2026, segundo o sumário executivo do café (Brasil, 2025) também exibindo um aumento no preço da saca de um ano para o outro.

Figura 3. Morfologia *Coffea canephora* Pierre ex A.Froehner.



Fonte: Adaptado de Herbário da Universidade Estadual de Campinas (2025).

4.2 A chegada do café em São Paulo

Impulsionado pela crescente demanda externa por café, o estado de São Paulo foi o berço da cafeicultura no Brasil chegando no século XVIII, com as primeiras plantações iniciadas no interior do estado (Governo do Estado de São Paulo, 2025).

Contudo, somente no final do século XIX que o estado se consolidou como a maior área de lavoura cafeeira no país e superou o estado do Rio de Janeiro, que era o principal estado exportador da época (entre 1888 e 1891, São Paulo representava 49% das exportações cafeeiras, ao passo que o Rio de Janeiro exprimia apenas 24% do total) (Silva, 2015).

Entre 1885 e 1894 o mercado mundial apresentava oferta menor que a demanda devido a pragas na Ásia e, ao final da década de 1890, o café paulista representava quase 60% da produção nacional visando atender esse mercado desfalcado (Silva, 2015). Destacando na Zona Central a cidade de Campinas (que respondia por 15% da produção provincial), na Zona da Paulista as cidades de Araras e Rio Claro (45% da produção) estendendo até as terras de São Carlos e Araraquara (10% da produção) e, na Zona da Mogiana (região que contava com localidades que no futuro seriam importantes centros cafeeiros, como Ribeirão Preto e Franca), a cidade de Amparo (9% da produção) (Silva, 2015).

Esse valor expressivo de produção só foi possível devido ao interesse e investimento estrangeiro. Em 1867 a ferrovia Santos-Jundiaí (São Paulo Railway) foi inaugurada devido ao capital inglês, conjuntamente com as quatro maiores ferrovias criadas pelos membros das famílias do grande capital cafeeiro no interior paulista: a Paulista, Mogiana, Sorocabana e Ituana. Com elas, os custos de transporte caíram em torno de 20% (Silva, 2015)

Nessa época, a cadeia do café paulista contava com o capital estrangeiro dos exportadores e com o capital nacional dos fazendeiros cafeicultores oligarcas e dos comissários. Os comissários eram casas comerciais, ou mesmo indivíduos, com sede nos portos de Santos e Rio de Janeiro que recebiam o café dos produtores em consignação para vender aos exportadores, cobrando uma comissão de 3% sobre o preço de venda. Com o tempo, os comissários começaram a fornecer empréstimos sob as safras, financiando os custos agrícolas dos fazendeiros para garantir maior volume de café a ser negociado com os exportadores em uma forma inicial do que hoje conhecemos como mercado-futuro (Silva, 2023).

Entre 1873 e 1891, o Porto de Santos contava com o dobro de casas comissárias de café, do número de casas exportadoras. A maioria dessas casas comissárias era formada por fazendeiros mais ricos do interior paulista, que começaram a financiar e comercializar as safras de outras propriedades agrícolas em parceria com as casas exportadoras. Por outro lado, as 12 maiores casas exportadoras de café no período de 1885 a 1886 foram responsáveis por negociar 67% do café em Santos, sendo que, dentre elas, havia apenas uma empresa nacional, a J.F. de Lacerda & Cia., enquanto as demais eram originárias da Alemanha, Inglaterra, França e Estados Unidos (Silva, 2023).

Os exportadores eram concentrados em algumas grandes firmas que compravam o café no Brasil junto aos comissários e revendiam aos importadores da Europa e Estados Unidos (Silva, 2023). Entre 1897 e 1906 a dinâmica do porto de Santos já é diferente e começa a existir um predomínio das firmas estrangeiras na comercialização do café: sete empresas alemãs, seis casas inglesas, 3 companhias estadunidenses, 3 companhias francesas e apenas uma casa brasileira, a Prado, Chaves & Cia (Silva, 2023). Além de estarem em maior número, elas também exportavam mais sacas de café anualmente, sendo a casa inglesa Naumann, Gepp & Co. a líder exportando de 16,5% das sacas em Santos, seguida da casa alemã Theodor Wille & Co., que exportou 15,1% das sacas, como mostrado no Quadro 1 (Silva, 2023).

Quadro 1. As 20 maiores casas exportadoras de café em Santos, 1897 a 1906, média anual das sacas (60 kg) exportadas e participação percentual nas exportações totais em %.

Casa exportadora	Origem	Sacas exportadas (média anual)	Participação nas exportações
1 - Naumann, Gepp & Co.	Inglesa	1.141.563	16,5%
2 - Theodor Wille & Co.	Alemã	1.046.640	15,1%
3 - E. Johnston & Co.	Inglesa	591.021	8,5%
4 - Arbuckle Brothers	Estadunidense	435.775	6,3%
5 - Carl Hellwig & Co.	Alemã	370.630	5,4%
6 - Hard, Rand & Co.	Estadunidense	322.979	4,7%
7 - Goetz, Hahm & Co.	Alemã	282.644	4,1%
8 - Zerrener, Bülow & Co.	Alemã	246.094	3,5%
9 - Prado, Chaves & Cia.	Brasileira	236.547	3,4%
10 - W. J. Doane & Co.	Estadunidense	232.298	3,4%
11 - A. Trommel & Co.	Alemã	228.981	3,3%
12 - Krische & Co.	Alemã	166.576	2,4%
13 - Karl Valas & Co.	Francesa	123.035	1,8%
14 - Posse & Knowles	Inglesa	122.063	1,8%

15 - Holworthy & Ellis	Inglesa	104.819	1,5%
16 - Matherson & Co.	Inglesa	91.774	1,3%
17 - Schmidt & Trost	Alemã	87.360	1,3%
18 - W. Botel & Co.	n.d.	84.000	1,2%
19 - Auguste Leuba & Cia.	Francesa	82.244	1,2%
20 - Hayn & Rosenheim	Alemã	74.010	1,1%

Fonte: Silva (2023).

Em 1907, o Brasil era responsável por 78% das exportações mundiais de café, e somente o Porto de Santos representava três quartos do café brasileiro exportado, quando as sacas nacionais atendiam 79% do consumo de café nos Estados Unidos, o maior mercado consumidor mundial da época. Em 1929 as lavouras paulistas respondiam por 67% da oferta nacional de café (Silva, 2023).

Criada pela lei 1.416, de 14 de julho de 1914 pelo Partido Republicano Paulista (PRP) (apesar de ter sido definitivamente instalada apenas em 2 de maio de 1917) a Bolsa Oficial do Café, como descrita por Perissinotto (2000) representou a primeira grande intervenção do Estado paulista com o propósito de regular o mercado cafeeiro. Essa instituição oficializou as operações com café, divulgou informações sobre cotações e negócios realizados, assegurou aos importadores estrangeiros a verificação da origem, qualidade e tipo do café exportado, além de facilitar o recolhimento do imposto de exportação, principal fonte de receita do Estado (Perissinotto, 2000).

O PRP controlava o governo de São Paulo e suas políticas, incluindo as relativas ao setor cafeeiro e representava os interesses hegemônicos da elite política e econômica paulista e, por isso, a função principal da Bolsa era atuar como um “freio regulador” dos negócios a termo, entendidos como entregas futuras de café, que eram suscetíveis a especulações mediante operações com café fictício destinadas a provocar a queda dos preços, afetando negativamente as receitas estatais (Perissinotto, 2000).

Contudo, foi por meio da política de defesa permanente do café que o Estado passou a exercer um controle mais ostensivo sobre a economia cafeeira (Perissinotto, 2000). Sendo assim, foram cerceadas as influências das associações de classe, que eram organizações que representavam os interesses econômicos e políticos de determinados grupos ligados ao capital cafeeiro no estado de São Paulo na década de 1920. As principais associações de classe atuantes no cenário

paulista foram a Sociedade Rural Brasileira (SRB), que foi fundada em 1919 cuja diretoria era controlada por grandes fazendeiros, exportadores e banqueiros e a Liga Agrícola Brasileira (LAB), fundada no início da década de 1920, englobava pessoas ligadas diretamente à atividade produtiva do café, como pequenos e médios produtores, que frequentemente se mostravam críticos tanto ao governo estadual quanto a outros setores do capital, como bancos, casas exportadoras e ferrovias (Perissinotto, 2000).

Contudo, com o passar do tempo começou a também incluir grandes fazendeiros e líderes ligados à exportação de café (Perissinotto, 2000). Essas associações foram contrárias à retenção do café nos armazéns do governo (os chamados Armazéns Reguladores), para controlar a entrada do produto no Porto de Santos conforme a demanda mundial e evitar a oferta excessiva que pressionaria os preços para baixo e representavam os interesses dos exportadores no Instituto do Café do Estado de São Paulo (ICESP), órgão responsável pelas políticas do setor. No entanto, a alta burocracia paulista agiu impedindo que as associações de classe pudessem indicar seus membros para esse órgão. A justificativa oficial para essa ação era que a economia cafeeira representava um interesse público amplo, e, portanto, não poderia ficar subordinada a interesses particulares e setoriais das classes produtoras e exportadoras (Perissinotto, 2000).

O financiamento das operações do ICESSP pós intervenções das políticas do PRP ocorreu por meio do recém-criado Banco do Estado de São Paulo, em 1926, contando com a garantia do Fundo de Capital formado a partir de um empréstimo de 10 milhões de libras esterlinas do banco Lazard Brothers, que realizava a cobrança de uma taxa de um mil-réis ouro sobre cada saca de café transportada pelas estradas de ferro de São Paulo (Silva, 2023).

Não se pode negar também a influência da Primeira Guerra Mundial nas decisões políticas e na economia do café paulista. O conflito iniciado em 1914 desenvolveu-se primeiramente na Europa e significativamente nos oceanos, onde os ataques marítimos complicaram o comércio. Essas questões contribuíram para a redução das importações de café pela Europa, que representava 55% das importações mundiais em 1913, caindo para 45% no ano seguinte. Paralelamente, os Estados Unidos ampliaram sua participação como consumidores de café, passando de 37% para 48%, tornando-se assim o maior e mais seguro mercado

consumidor, já que só entraram na guerra em fevereiro de 1917 e não enfrentaram combates em seu território (Silva, 2023).

Durante a Primeira Guerra Mundial, as firmas brasileiras recuperaram participação no mercado de exportação de café em Santos, enquanto as casas estadunidenses passaram a competir diretamente com elas, destacando a casa Hard, Rand & Co. Essas grandes empresas dos Estados Unidos atuavam tanto na compra das sacas de café no Brasil quanto na negociação do produto em Nova Iorque e Nova Orleans. A demanda por café cresceu significativamente nesse período, impulsionada pelo elevado consumo das tropas estadunidenses enviadas à Europa e pelas reexportações realizadas pelas casas estadunidenses, aproveitando o declínio das firmas alemãs e britânicas (Silva, 2023)

Embora o estado de São Paulo tenha se articulado com outros estados produtores de café, como Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná e Espírito Santo, em 1925 e 1927, com o objetivo de regular a quantidade de café permitida para chegar às zonas portuárias, pode-se perceber um caráter "permanente" da valorização, aliado às altas cotações do café no mercado internacional entre 1924 e 1929. O que funcionou como um estímulo à expansão dos cafezais no Brasil e globalmente. Em 1920, a produção mundial de café era de 23,9 milhões de sacas, mas, em 1929, esse valor aumentou para 41 milhões de sacas (Silva, 2023).

O aumento da demanda na década de 1920 foi marcada pela proibição do consumo de bebidas alcoólicas na sociedade estadunidense (o que aumentou o consumo de café como bebida estimulante), e a recuperação das economias europeias a partir de 1924. Um exemplo que ilustra esse avanço é a família Almeida Prado, representando o grande capital cafeeiro da região de Jaú, área que atingiu seu auge na produção de café nesta década. Sob a liderança de Vicente de Paula de Almeida Prado, eles comandavam duas das vinte maiores casas exportadoras no período de 1920 a 1930, que ocupava a 8ª posição, e a Companhia Paulista de Exportação, situada na 17ª posição (Quadro 2). O crescimento dessas duas firmas, juntamente com outras seis casas brasileiras, refletiu a expansão do capital nacional no setor (Silva, 2023).

Quadro 2. As 20 maiores casas exportadoras de café em Santos, 1920 a 1930, média anual das sacas (60 kg) exportadas e participação percentual nas exportações totais em %

Casa exportadora	Origem	Sacas exportadas (média anual)	Participação nas exportações
1 - Theodor Wille & Co.	Alemã	760.014	8%
2 - Hard, Rand & Co.	Estadunidense	660.815	7%
3 - Naumann, Gepp & Co.	Inglesa	599.347	6%
4 - J. Aron & C. Inc.	Estadunidense	471.129	5%
5 - Leon Israel & Bros.	Estadunidense	419.999	4%
6 - E. Johnston & Co.	Inglesa	448.703	5%
7 - American Coffee Corp.	Estadunidense	366.855	4%
8 - Almeida Prado & Cia.	Brasileira	349.115	4%
9 - S. A. Levy & Cia.	Brasileira	268.054	3%
10 - Martins, Wright & Co.	Inglesa	257.131	3%
11 - Prado, Chaves & Cia.	Brasileira	246.490	3%
12 - Lima, Nogueira & Co.	Brasileira	226.081	2%
13 - Arbuckle & Co.	Estadunidense	194.324	2%
14 - Silva, Ferreira & Cia.	Brasileira	185.915	2%
15 - J. C. Mello & Cia.	Brasileira	182.375	2%
16 - Cia. Paulista de Exportação	Brasileira	168.493	2%
17 - Cia. Leme Ferreira	Brasileira	159.889	2%
18 - R. Alves, Toledo & Cia.	Brasileira	142.104	2%
19 - Raphael Sampaio & Cia.	Brasileira	140.960	2%
20 - Sonin & Cia.	Francesa	137.263	2%

Fonte: Silva (2023).

Nessa época, as áreas de produção de café mais antigas já estavam em declínio, como é o caso da cidade de São Carlos, enquanto outras regiões ainda estavam no início da expansão agrícola (Colistete, 2015). A falta de mão de obra nas fazendas de São Carlos e, enfrentando uma queda na produtividade das lavouras cafeeiras a partir de 1930 (Tabela 1), leva o município a ingressar no rol das decadentes da agricultura paulista (Truzzi, 2007). Em 1895, a Fazenda Eudóxia, também de família oligárquica São Carlense, traz migrantes nordestinos, principalmente baianos, para derrubar mata nativa a fim de abrir a fronteira agrícola da região, exemplo que expõe a falta de boas práticas agrícolas ao decorrer das décadas. Ações como essa e, principalmente de falta de conservação do solo nesses latifúndios de monocultura, exploraram à exaustão pés de café para exportação em uma região predominada por solo B latossólico, tipo LVa, nos quais a fertilidade natural é baixa (Truzzi, 2007).

Tabela 1. Produção de café em arrobas no município de São Carlos.

Ano	Produção (arrobas)	Ano	Produção (arrobas)	Ano	Produção (arrobas)
1860	4.000	1915	1.665.180	1927	980.000
1886	66.667	1916	1.170.912	1928	980.000
1892	1.029.696	1917	1.120.000	1929	825.000
1899	1.200.000	1918	980.000	1930	907.668
1905	1.500.000	1919	430.000	1931	967.668
1906	2.214.550	1920	1.212.000	1932	614.512
1909	1.501.472	1921	745.000	1933	490.434
1910	1.328.160	1922	980.000	1934	460.684
1911	1.403.300	1923	745.000	1935	440.962
1912	1.228.034	1924	980.000	1936	421.403
1913	1.036.457	1925	925.000	1937	471.469
1914	1.251.500	1926	725.000		

Fonte: Truzzi (2007).

Somadas às regiões que já tinham sido ocupadas no início da colonização brasileira, estavam as novas fronteiras da expansão do café. Dentre elas, a cidade de Ribeirão Preto, que foi incorporada ao *boom* cafeeiro devido às suas condições favoráveis para o cultivo e a chegada das ferrovias, que facilitaram o escoamento da produção para os mercados externos, e à entrada de imigrantes. Além disso, Ribeirão Preto alternava entre culturas para o mercado interno e a produção de café para exportação, o que reflete a diversidade regional na agricultura do estado (Colistete, 2015).

Apesar de ter grande influência no crescimento e na modernização dos municípios de São Paulo, a situação econômica dos mesmos não estava associada apenas ao sucesso da cultura do café, pois, como apresentado, seu cultivo era de natureza extensiva, o que pode levar à efemeridade. O sucesso dos municípios no estado dependia em especial da capacidade de diversificarem sua produção agrícola e suas atividades urbanas de produção de manufaturas, industrialização e comércio (Colistete, 2015). Sendo assim, o Vale do Paraíba foi caracterizado por Milliet como “zona morta, onde o café desbravou, povoou, enriqueceu e abandonou antes que criasse raízes para o progresso”, já nas regiões Mogiana e Paulista “a decadência do café teve por consequência não o abandono das terras, como na zona norte, mas o ensaio de outras culturas substitutivas” (Milliet, 1939/1982b, pp.37 e 50–52).

4.3 Café como expressão de cultura e arte paulista

As cidades paulistas mais modernas, no final do século XIX e início do XX, testemunharam a expansão de um novo circuito de entretenimento musical, especialmente noturno, influenciado pela economia cafeeira. Como descrito por Moraes, em 1688, o Café Procópio da cidade de Paris iniciou a tendência de receber artistas e espectadores para encontros e conversas em torno de uma xícara de café, isso fazia com que a bebida perdesse seu caráter exclusivamente oriental exótico e os estabelecimentos que a serviam ocupassem o uma fatia da função das tavernas e da bebedeira de vinho como lugar de entretenimento (Moraes, 2022).

No Brasil o Café Guarany, inaugurado em 1899 no centro de São Paulo, teve seu auge no início do século XX e exibia uma clientela heterogênea, apesar de inicialmente aburguesada, composta por intelectuais, artistas, estudantes, jornalistas e políticos (Moraes, 2022). Monteiro Lobato, que era frequentador do Café Guarany, em uma das suas cartas a seu ex-colega de faculdade Godofredo Rangel publicada no livro *A Barca de Gleyre*, descreve o lugar como um ambiente em que se conversava “de tudo, menos literatura e arte; e a obrigação é só dizer coisas interessantes e que façam rir” (Lobato, 2010) exprimindo também o caráter boêmio importado para os cafés brasileiros.

O *Café Society* é um termo criado em 1919 pelo colunista Maury Paul, dos periódicos “New York Recorder” e do “New York American”, que serve para denominar um seletto grupo constituído por políticos, herdeiros estadunidenses, latino-americanos e europeus, empresários, artistas e celebridades que se reuniam em casas noturnas das grandes cidades. A expressão chegou ao Brasil em 1952 como o nome de uma coluna social na revista carioca “Rio Magazine” por Ibrahim Sued e se espalhou por todo o território nacional para se referir ao mesmo grupo de pessoas aos quais se referia nos Estados Unidos (Aucar; Rocha; Mariano, 2023).

Esses cafés, bem como a bebida, se popularizaram pelo estado de São Paulo ao decorrer do século XX e pode-se afirmar que os fregueses desses locais começaram a oscilar entre os burgueses excêntricos do *Café Society* e trabalhadores de diversos setores. Sendo estes segundos reduzidos nos registros históricos pois mal escreviam e pouco liam e a imprensa poupava comentários sobre a participação dos mesmos na cultura paulista, a não ser quando os citava nos casos policiais referindo-se aos trabalhadores como violentos e de uma “classe

perigosa”, demonstrando uma tentativa de estetização e simbolismo social de distinção cultural do café, da música e da literatura urbana moderna (Moraes, 2022).

Já nas cidades interioranas, a expansão da cafeicultura no interior paulista redefiniu a região conhecida como "Brasil caipira", criando um espaço de tensões entre tradição e modernidade. A influência cultural européia e a riqueza gerada pelo café permitiu a persistência de práticas arcaicas, como o coronelismo e a violência privada, ao mesmo tempo em que ocorria a incorporação de elementos da *Belle Époque* europeia em São Paulo, como ferrovias, iluminação elétrica, teatros e arquitetura moderna e eclética, como a do Teatro Carlos Gomes em Ribeirão Preto e das praças urbanizadas de Piracicaba (Doin; et al, 2007).

Esse processo, denominado "modernização conservadora", revelou-se na adoção de discursos civilizatórios pelas elites locais, que buscavam projetar uma imagem de progresso sem romper com estruturas oligárquicas. Conjuntamente, a cultura caipira, enraizada no bandeirantismo e na economia de subsistência, adaptou-se ao novo contexto, preservando tradições como as modas de viola, festas juninas, catira e celebrações religiosas, como as festas de São João, ao mesmo tempo em que assimilava inovações tecnológicas e urbanas (Doin; et al, 2007).

A chegada de imigrantes de diversas classe sociais, incluindo as mais abastadas com bacharéis, industriais e figuras como os "condes" Matarazzo, dinamizaram cidades como Ribeirão Preto, Franca e Araraquara, onde a arquitetura e o urbanismo refletiam aspirações cosmopolitas. Contudo, a Primeira Guerra Mundial e a crescente influência norte-americana marcaram o declínio desse modelo, substituindo a referência francesa por novos paradigmas culturais e econômicos. Essa época evidencia como o café transformou a identidade cultural do interior paulista, mesclando o rural e o urbano, o local e o global (Doin; et al, 2007).

Ainda sobre o impacto cultural do café, Cândido Portinari, nascido em 1903 em Brodowski, SP (SEMIL, 2015) foi de suma importância ao representar a imagem do Brasil e de São Paulo no exterior durante o auge da época da Política da Boa Vizinhança com os Estados Unidos através do café especialmente no contexto da Política da Boa Vizinhança (Nastari, 2022). Seu trabalho foi estrategicamente utilizado para apresentar um Brasil moderno, multirracial e trabalhador, para o público norte-americano em exposições entre 1935 e 1942. A Política da Boa Vizinhança, ou “Good Neighbor Policy” foi uma estratégia diplomática adotada pelo

presidente americano Franklin D. Roosevelt, iniciada em 1933 com o objetivo principal de melhorar as relações políticas, econômicas e culturais entre os Estados Unidos e os países da América Latina respeitando a soberania dos países latinos, ao contrário das anteriores políticas intervencionistas (Nastari, 2022).

Nesse contexto, as obras de Portinari retratavam trabalhadores negros e mestiços com monumentalidade nas lavouras de café de São Paulo (Figura 4), contrastando com representações anteriores de estigmatização racial no contexto norte-americano. Essa abordagem politicamente carregada reforçou uma imagem brasileira progressista e socialmente integrada para o seu principal comprador no exterior. Apesar de ignorar parte das denúncias feitas pelo pintor comunista, esse período, apresentou uma ruptura de paradigma e também pode ser analisado sob uma ótica colonialista, onde as exposições norte-americanas esvaziaram os quadros de sentido e os usaram como instrumentos de propaganda cultural e diplomática, pois, visavam promover o Brasil no cenário internacional como um país culturalmente rico mas socialmente higienizado para as elites estrangeiras (Nastari, 2022).

Figura 4. Quadro “Café”, de Candido Portinari (1935)



Fonte: Museu Nacional de Belas Artes (2025).

Ainda na “lua de mel cultural” entre Brasil e Estados Unidos da Política de boa vizinhança, Frank Sinatra grava *The coffee song* em 1945 onde fala sobre a “incrível quantidade de café” que existe no Brasil e sua necessidade de exportar o mesmo, expondo ainda o interesse comercial da nação estrangeira na produção nacional (Macedo, 2024). Na música ele também cita o Porto de Santos e as

políticas protecionistas ao café brasileiro de forma humorística em seus versos cantando que você não veria um “suco de batata” na região, que os “plantadores” de Santos diriam não à um chá ou à um “suco de tomate” e que a filha de um político foi “acusada” de beber água e foi multada em cinquenta dólares ao não beber o café excedente da região. Sinatra (1946) canta em *The coffee song*:

Way down among Brazilians
 Coffee beans grow by the billions
 So they've got to find those extra cups to fill
 They've got an awful lot of coffee in Brazil
 [...]
 No tea or tomato juice
 You'll see no potato juice
 The planters down in Santos all say no no no
 The politician's daughter
 Was accused of drinking water
 And was fined a great big fifty dollar bill
 They've got an awful lot of coffee in Brazil
 (Sinatra, 1946).

4.4 Os trabalhadores da cafeicultura

Apesar das constantes exaltações ao café paulista e das complexas políticas públicas que visavam proteger esse bem nacional, a produção de café no estado também foi marcada por uma história de exploração e escravidão de diversos trabalhadores através dos séculos. Desde seu princípio até 1888, ano da abolição da escravidão prevista pela Lei Áurea, os pés de café eram oficialmente manejados por trabalho escravizado negro e indígena, sendo essa segunda sendo paulatinamente substituída pela primeira (Lamounier, 2007).

Além de tarefas relacionadas à produção de café, trabalhadores escravizados executavam conjuntamente com trabalhadores livres serviços diversos como na derrubada da mata das terras, na construção de açudes e na secagem e beneficiamento do café (Lamounier, 2007). As fazendas de café paulista eram caracterizadas por se instalar e assimilar as pessoas que já ocupavam a região na produção por onde se estendiam, seja como escravizados ou como trabalhadores subjugados aos interesses desses grandes produtores (Colistete, 2015).

Um bom exemplo é o caso do município de São Carlos, descrito por Oswaldo Truzzi em seu livro *Café e indústria São Carlos - 1850-1950*, cuja região já era ocupada por indígenas da grande confederação dos guaianases, habitantes dos

vales do Mogi-Guaçu e do Tietê até os campos de Piratininga e a serra de Paranapiacaba e a produção agrícola já existia através de famílias livres e mestiças conhecidas como “caboclos” que produziam para subsistência e, quando para venda, gado e açúcar (Truzzi, 2007).

Contudo, com a chegada da produção do café pelas famílias oligárquicas, os caboclos eram “empurrados” para o interior de São Paulo e comprimiam a população indígena em direção ao sertão, amortecendo os conflitos diretos entre aborígenes e fazendeiros (Truzzi, 2007).

Os caboclos que não se mudavam das terras de interesse eram empregados nas grandes propriedades rurais já que não conseguiriam competir sozinhos contra o poder econômico, político e de fogo dessas famílias, como aponta Oswaldo Truzzi no trecho extraído de seu livro *Café e Indústria, São Carlos: 1850 - 1950* (2007):

“O reconhecimento da aquisição de terras por mera ocupação das mesmas era admitido pelas Ordenações Filipinas do Reino de Portugal. Tal postura, entretanto, teve aos poucos de ser abandonada, pois ela dificultava a implantação dos latifúndios de exportação. [...] Aos olhos dos outros moradores das vilas, com maior ascendência social, essas famílias livres eram simplesmente constituídas de ‘caboclos’, fosse qual fosse a raça, termo esse que soava vagamente pejorativo, pois trazia implícitos os conceitos de rude e mestiço, sem a conotação favorável de termos como ‘exploradores’ ou ‘desbravadores’.”

(Truzzi, 2007, p. 45).

Os proprietários dessas terras que foram vendidas aos latifúndios exportadores eram donos das mesmas por concessões de Sesmarias da época do império português no Brasil e muitas vezes não produziam nada nas mesmas antes de sua venda, demonstrando que a real ocupação da região pouco importava ao determinar posse. A Sesmaria da região de São Carlos (antiga São Carlos do Pinhal) foi concedida à José Inácio Ribeiro Ferreira e depois vendida à Carlos Bartholomeu de Arruda, oligarca e pai de Carlos José Botelho que, em 1840, planta os primeiros pés de café da região e estende seu império cafeeiro da região à seus herdeiros ao ponto que seu filho ficou conhecido como Conde do Pinhal (Truzzi, 2007).

A partir de 1850, quando foi promulgada a lei que extinguiu o tráfico negreiro e o preço dos escravos subiu e inaugurou-se uma crise na oferta da mão de obra

escrava nas lavouras (Lamounier, 2007). Algumas produções de fazendeiros muito ricos mantinham a comercialização dos escravos dentro do estado, pois, tinham poder aquisitivo para tal, como é o caso de 1874 onde 100 escravos negros foram destinados para uma única fazenda da região de São Carlos (Truzzi, 2007). Contudo, outros fazendeiros paulistas menos abastados sentiram a necessidade de buscar novas fontes de trabalho (Lamounier, 2007).

O interesse na extinção da escravidão no Brasil, especialmente no contexto da economia cafeeira paulista, não estava, em geral, alinhado com os grandes produtores de café, que dependiam fortemente da mão de obra escrava como “ferramenta” para seu principal capital e garantia para operações financeiras (Perosa, 1980). Pressões relacionadas à expansão da economia de mercado, às transformações políticas, aos setores progressistas da sociedade, à influência internacional contrária à escravidão da Grã-Bretanha (Monsma, 2005), e à necessidade de captar crédito pelo Estado e por alguns fazendeiros (Perosa, 1980) contribuíram para o movimento abolicionista.

Antes da abolição, os fazendeiros de café dependiam fortemente da mão de obra escrava, que representava um capital fixo importante, pois os escravos eram considerados propriedade e podiam ser usados como garantia para obtenção de crédito junto a bancos e casas comerciais. Porém, a expansão da lavoura e as crises de superprodução no final do século XIX evidenciaram a insuficiência desse modelo financeiro, fazendo com que a mudança para um sistema de trabalho livre, com a entrada de imigrantes europeus e a substituição gradual da mão de obra escrava, exigisse novos mecanismos de financiamento e crédito para que os produtores pudessem custear a lavoura, pagar salários e investir em melhorias (Perosa, 1980).

O Estado, por sua vez, também tinha interesse em modernizar a economia e garantir estabilidade política e social para atrair capital externo e crédito internacional, o que era difícil de conseguir enquanto a escravidão existisse, dada a pressão internacional contra o trabalho escravo e as barreiras comerciais instauradas por países que já haviam abolido a escravidão, especialmente os europeus, um dos principais parceiros comerciais da economia cafeeira da época. Assim, a necessidade de captar crédito e modernizar a economia levou a uma convergência de interesses entre setores do governo e parte do capital cafeeiro para apoiar a transição do trabalho escravo para o trabalho livre (Perosa, 1980).

Além disso, grupos urbanos, intelectuais, setores do movimento operário e abolicionista que se opunham à escravidão por motivos morais, políticos e econômicos buscavam a inserção dos ex-escravos como cidadãos livres, com direitos, e a modernização da estrutura produtiva brasileira e a introdução massiva de imigrantes europeus, a partir da década de 1880, influenciou mudanças nas relações sociais e de trabalho. Esses grupos eram mais aceitos pelos fazendeiros como substitutos da mão de obra escrava, alterando o panorama dos interesses econômicos (Monsma, 2005).

Para suprir a falta de mão de obra, começa então a contratação de trabalhadores estrangeiros, sendo os imigrantes italianos a maior parte deles, seguidos por outros europeus e japoneses. Após a abolição da escravidão no Brasil, entre 1889 e 1930, mais de dois milhões de imigrantes desembarcaram em São Paulo, e dois terços foram direcionados para as fazendas de café (Silva, 2006). Entre 1895 e 1922 foram criados núcleos coloniais, que funcionavam como viveiros de trabalhadores para a colheita de café que atendiam às necessidades sazonais da grande lavoura e que já estavam associados à discussão sobre a mecanização do trabalho no campo, para reduzir custos e modernizar a produção (Tessari, 2014).

A chegada dos imigrantes nas últimas décadas do século XIX também não exime os grandes produtores dos abusos de poder quando há inúmeros registros de insatisfação dos estrangeiros com as propostas trabalhistas nas fazendas (Truzzi, 2007). Os imigrantes não poderiam sair da produção cafeeira sem pagar a enorme dívida que contraíram com os fazendeiros, principalmente com a travessia do Atlântico (Figueira, 2017) e, assim, em 1900 a imprensa italiana começa a divulgar as condições precárias em que os imigrantes viviam e o governo italiano promulga o Decreto Prinetti de 1902, proibindo a emigração subsidiada para o Brasil (Botelho, 2020).

Esses registros das relações imigrante - fazendeiros também demonstram a preocupação dos grandes produtores com a qualidade do café que seria futuramente exportado. Um contrato com um imigrante de 1880 de uma fazenda de São Carlos mostra que a colheita deveria ser feita de forma manual e só seria permitido colher os cafés maduros. Não seria permitido o uso de vara ou que o pé de café fosse “batido” e, após a colheita, os grãos iam para um carregador e eram limpos de ciscos, terras e pedras (Truzzi, 2007), manejos que demonstram o cuidado e o zelo exigido com o produto.

Com o decreto Prinetti e com melhores condições de vida nas cidades, no início do século XX trabalhadores brasileiros livres (ex-escravos libertos, migrantes de outros estados e regiões brasileiras, como o nordeste, e alguns descendentes de imigrantes ainda dependentes das oligarquias cafeeiras) foram a alternativa que os produtores de São Paulo encontraram para suprir a mão de obra (Lamounier, 2007). Mas velhas disposições e ação escravistas evidenciaram o racismo no tratamento com esses trabalhadores após a abolição, além de um certo sentimento de revanchismo por parte dos fazendeiros e administradores ao sentirem que perderam seus “direitos” de escravizar pessoas negras para o progressismo europeu (Monsma, 2005).

Esse elemento social em que os patrões brancos se sentiam donos dos trabalhadores de cor, mesmo que livres, inicia-se no período de revolta e fugas em massa dos anos 1880. Em função dessas lutas raciais, o desprezo das elites para com os negros, que antes viam seus escravos como ignorantes e infantis, migrou para a crença de que os trabalhadores livres de cor eram traiçoeiros e perversos. Essa violência aumenta tanto ao passo em que sentiam que, pós-abolição, podiam matar negros sem se preocupar com a destruição de sua propriedade (Monsma, 2005).

Segundo Karl Monsma, não custava muito aos produtores sacrificar a quem se chama de “negros inconvenientes” pois, se mesmo quando a execução dessas pessoas podia representar destruição de parte de seu capital enquanto escravos que valiam trocas monetárias, como pessoas livres os fazendeiros já não perdiam nada e se aproveitavam de uma impunidade judicial construída pelo extenso poder político dessas famílias oligarcas (Monsma, 2005). Oswaldo Truzzi cita em seu livro diversos parentes do “Conde do Pinhal” que exerciam cargos públicos como seu irmão Paulino Carlos de Arruda Botelho, que era delegado de polícia e fundador do partido republicano em São Carlos; seus outros irmãos João Carlos de Arruda Botelho, Bento Carlos de Arruda Botelho e Joaquim de Meira Botelho, que foram juízes municipais suplentes; seu filho Carlos José Botelho, que foi Secretário da Agricultura no governo de Jorge Tibiriçá; seu cunhado Joaquim Roberto Rodrigues Freire, que foi presidente da primeira câmara municipal de São Carlos; seu genro Firmiano de Moraes Pinto que foi Diretor do Banco União de São Carlos, vice presidente do Jockey Club de São Carlos, prefeito de São Paulo, deputado federal, secretário da Agricultura e secretário da Fazenda; seu sobrinho Adolpho Botelho de

Abreu Sampaio, que foi deputado estadual; entre outros parentes influentes na política (Truzzi, 2007).

Já as pessoas que agiram com violência contra as elites ou simplesmente se recusaram a obedecer à lógica escravista recebiam outro tratamento. No artigo de Monsma analisa-se o caso de José Francisco, um colono preto, provavelmente ex-escravo, que esfaqueou um administrador chamado Antônio Augusto de Oliveira em 1894, após episódios de agressão física. José Francisco declara ao delegado que se defendeu após ser surpreendido com pancadas por não ter ido a roça na segunda-feira. José reivindicava seu direito ao controle de seu tempo e à liberdade de decidir quando ir ao trabalho sem sofrer agressões por isso (Monsma, 2005).

Contudo, José Francisco nem tinha sobrenome no processo e a atitude de Antônio Augusto de Oliveira não foi considerada racista, por fim, o caso foi declarado como situacional (Monsma, 2005). Monsma também traz o acontecimento de 1907, em que o administrador Ananias Torres Pimenta atirou no seu ajudante “moreno” Carlos Leite Portella em uma festa de São João porque este, tendo sido demitido durante o dia, “portou-se inconvenientemente” à noite, segundo a declaração do próprio Ananias ao delegado, evidenciando mais uma vez a rapidez com que os brancos matavam os negros que já não lhes tinham mais serventia.

Por essas razões, as alternativas de sobrevivência digna dos trabalhadores livres se continham ao cultivo de gêneros alimentícios em lotes pequenos, sejam eles próprios ou arrendados, para subsistência, o que garantia certa independência em uma economia agrária de mercado (Lamounier, 2007) e à mudança para o ambiente urbano ou para a construção das ferrovias (Tosi; Faleiros, 2011). O êxodo das fazendas para as cidades e a transformação de São Paulo na “metrópole do café” refletiam as mudanças socioeconômicas, onde muitos trabalhadores migravam e transformavam o mercado de trabalho local (Monsma, 2005).

A partir de 1900 o mercado interno de São Paulo experimentou uma crescente diversificação produtiva, apesar da forte centralidade da cafeicultura. A partir desse período, houve um aumento da produção de alimentos, inicialmente subsidiária à cafeicultura, mas que não atingia ainda a autossuficiência, atendendo às demandas crescentes da população, sobretudo nas grandes cidades que se expandiram rapidamente. Este mercado interno esteve fortemente ligado aos sistemas de transporte, especialmente as ferrovias como a Companhia Mogiana, que ampliaram as possibilidades de circulação de produtos agrícolas e animais

destinados tanto ao consumo das áreas urbanas quanto à exportação, refletindo a interdependência entre a produção agrícola para a exportação e o abastecimento paulista (Tosi; Faleiros, 2011).

No início do século XX então inicia-se a crise da economia cafeeira, e, com a queda dos preços internacionais do café e a falta de mão de obra, a elite cafeeira paulista passou a defender a mecanização do cultivo para substituir a mão de obra intensiva buscando reduzir custos com trabalhadores. Para viabilizar a mecanização, foi importante o acesso a uma mão de obra temporária, sazonal e abundante, que pudesse ser contratada para os picos de trabalho, especialmente na colheita. Para isso, foram criados núcleos coloniais estrategicamente localizados para sustentar essa oferta de trabalhadores temporários e liberar a mão de obra permanente para as tarefas mecanizáveis (Tessari, 2014).

4.5 Decadência do café paulista

A eclosão da crise de 1929 da quebra dos mercados acionários (conhecido como a quebra da bolsa de Nova York) diminuiu o preço de várias *commodities*, incluindo o café e as exportações do mesmo despencam, além da redução do poder de compra dos europeus e americanos nos períodos de guerra. Isto evidenciou a vulnerabilidade da economia brasileira, já que era extremamente dependente das exportações de um único produto, portanto, a formação em paralelo de um complexo industrial em São Paulo aprofundou a demanda de crédito para esse setor, que passou a ser prioridade (Sá Porto, Utsunomiya, 2024).

Em 1933 o Estado atua mais uma vez vem em defesa dos cafeicultores, que já estavam endividados pela crise, e regulamenta o mercado de crédito, liberando as lavouras de seus encargos mais urgentes e em 1937, com a regulamentação do penhor rural, favoreceu a reprodução do capital financeiro através do campo, ou seja, o Estado assume parte da dívida cafeeira e a socializa para a sociedade como um todo. Este processo permitiu que os fazendeiros encontrassem alternativas à crise sem se prejudicarem (Santos, 2020).

Sendo donos de grandes lotes de terras, sem dívidas, mas não conseguindo se sustentar apenas da produção de café, parte dos grandes cafeicultores reduziram os salários de seus colonos e compensam-os com a concessão de espaços nas fazendas. Nesse mesmo pressuposto de suas terras valerem algo, mesmo que improdutivas, as propriedades de outra parte dos fazendeiros passaram

para o mercado de especulação e foram fragmentadas, aumentando o número de pequenas propriedades no estado de São Paulo através da Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização (CAIC), que fazia esse trabalho de loteamento (Santos, 2020).

Entre 1935 a 1955, apenas a companhia CAIC promoveu a venda de mais de 8.000 lotes em todo o estado de São Paulo. Esse fato, somado à última parcela de grandes produtores que abandonaram a produção de café e migraram para culturas alternativas e mais rentáveis na época, diversificou a produção paulista com produtos como o algodão, o arroz, o feijão, o amendoim, a cana-de-açúcar e a laranja e também a criação de gado (Santos, 2020)

Com o crescimento da indústria têxtil e do açúcar, o algodão e a cana se destacaram nas produções rurais (Silva; Oliveira; Oliveira, 2017) e na década de 40 já está claro o desenvolvimento industrial urbano e uma maior exportação de manufaturas (Santos, 2020). Ao final dos anos 1950, é implementada a indústria de veículos e autopeças, que, na época, era majoritariamente localizada no estado de São Paulo (Sá Porto; Utsunomiya, 2024) e incentivada pelas políticas de estímulo ao capital estrangeiro e de industrialização de Juscelino Kubitschek (Aucar; Rocha; Mariano, 2023).

Assim, ao final da Segunda Guerra, com a retomada das economias europeias, há um rápido aumento das exportações do café paulista, que atingiu, em 1950 e 1955, 74,6% e 77,4%, respectivamente, do total brasileiro, mas que novamente já perde protagonismo na década de 60, que cai novamente para 52,8%, em 1966 (Sá Porto, Utsunomiya, 2024). Após a “política de boa vizinhança” e o golpe militar de 1964, a política externa do Brasil alinhou-se estreitamente com os interesses dos Estados Unidos (Loureiro, 2021). Nesse período o capital privado promove um avanço tecnológico na cafeicultura e o desenvolvimento da indústria mecânica voltada para a produção de máquinas e equipamentos utilizados no campo, pacote que passou a ser chamado de agronegócio e, futuramente, na década de 70, de revolução verde (Silva; Oliveira; Oliveira, 2017).

Sendo um tema complexo e heterogêneo, apesar de aceitar todo o pacote tecnológico da revolução verde, a postura do Estado brasileiro começou a mudar quando as políticas comerciais norte-americanas demonstraram seus efeitos negativos sobre as exportações brasileiras de café. Nas décadas seguintes, o Brasil reorientou sua política externa para enfatizar as desigualdades do Norte e Sul

global, buscando coalizões com outros países produtores de café enquanto navegava pelo cenário geopolítico da Guerra Fria. Essa mudança refletia a necessidade de defender os interesses dos exportadores de commodities frente às distorções do mercado internacional (Loureiro, 2021).

Haja vista que os produtores já haviam migrado em boa parte para a produção de cana-de-açúcar, o Programa Nacional de Proálcool foi criado no final dos anos 1970, e no estado de São Paulo, competindo com a cafeicultura (Silva; Oliveira; Oliveira, 2017). E assim, com o advento do álcool como combustível e sendo política nacional em 1975, regiões que anteriormente eram conhecidas por manter o privilégio à cafeicultura mesmo em tempos de crise, como a de Ribeirão Preto, também migram para a cana (Calsani, 2008) e a área dedicada a cada cultura muda drasticamente no estado de São Paulo de 1960 a 1980 como é possível ver na Tabela 2.

Tabela 2. Área cultivada com as principais lavouras do estado de São Paulo, 1960 e 1980.

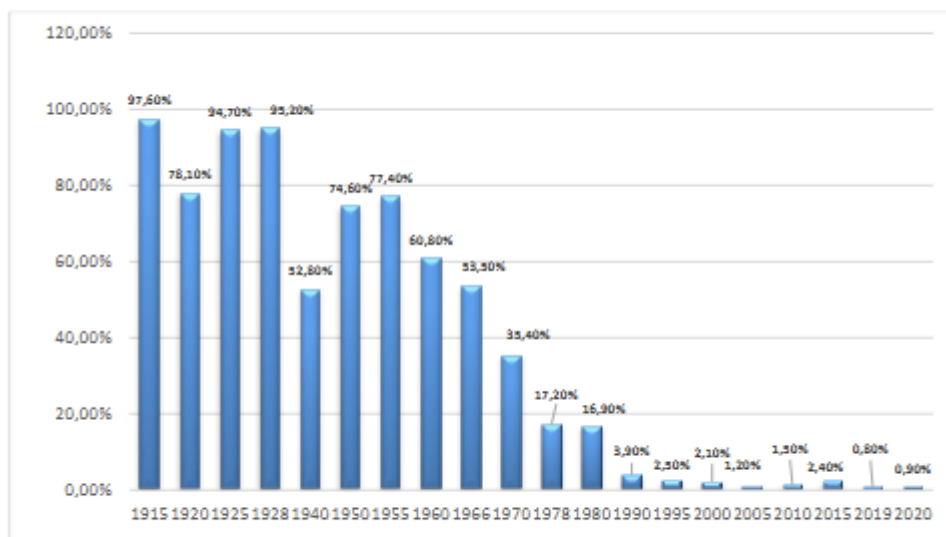
Anos	Algodão	Arroz	Cana-de-açúcar	Café	Feijão	Milho
1960	408.227	488.491	291.013	1.285.535	185.625	398.655
1980	236.687	259.633	1.073.120	821.046	306.219	1.006.103

Fonte: Calsani (2008).

Além disso, o impacto do que foi conhecido como Geada Negra de 1975 fez com que as plantações de café em São Paulo sofressem grande devastação, provocando a migração de produção para outros estados, especialmente Minas Gerais (Sá Porto, Utsunomiya, 2024). Além disso, todos os produtos agrícolas estavam sujeitos a um imposto sobre o valor agregado (ICM), que representava em média 13%, mais vários outros impostos menores, como é o caso do café e do cacau que estavam sujeitos a tributação adicional (Helfand, 2000).

E nas décadas seguintes o café praticamente “some” da pauta exportadora paulista: de 3,8% em 1990, passa a 2% em 2000, 1,5% em 2010 e chega a 0,9% em 2020 (Figura 5) (Sá Porto; Utsunomiya, 2024).

Figura 5. Participação do café no total das exportações do estado de São Paulo de 1915 a 2020 em %.



Fonte: Sá Porto; Utsunomiya (2024).

4.6 O comércio e consumo atual de café

Ainda assim, São Paulo mantém-se um dos maiores produtores de café no Brasil, com produção de 307.353 toneladas e valor de R\$ 4,57 bilhões em 2023, segundo a revista Rotas do Café (Governo do Estado de São Paulo, 2025). A evolução do comércio exterior brasileiro do café, dado o mercado internacional consolidado e a crescente produtividade da cultura, faz com que os produtores de São Paulo ainda priorizem a exportação em detrimento do mercado interno, pois a exportação pode proporcionar melhores preços (Mesquita; Merlo; Gremaud, 2021).

O estado de São Paulo representa quase 10% de toda a área plantada ou destinada à colheita do total do café em grão do Brasil, sendo muito mais expressivo no café Arábica (12,6% do total do Brasil) que no café Canephora (0,021% do total do Brasil) (Tabela 5). Em compensação, toda a área destinada para a plantação do café Canephora do estado de São Paulo é colhida (87 hectares), enquanto o café Arábica desperdiça 1.313 hectares de área da plantação à colheita só no estado de São Paulo, sendo que o desperdício total do Brasil é de 1.326 hectares, ou seja, a maior parte da produção de café Arábica perdida no Brasil vem do estado de São Paulo (Tabelas 3 e 4).

Tabela 3. Comparativo entre São Paulo e Brasil na produção de café em grão Arábica e Canephora em diversos parâmetros segundo o IBGE 2023 - Área plantada ou destinada à colheita (Hectares).

Localidade	Café (em grão) Total	Café (em grão) Arábica	Café (em grão) Canephora
Brasil	1922456	1515745	406711
São Paulo	191985	191898	87

Fonte: IBGE (2024).

Tabela 4. Comparativo entre São Paulo e Brasil na produção de café em grão Arábica e Canephora em diversos parâmetros segundo o IBGE 2023 - Área colhida (Hectares).

Localidade	Café (em grão) Total	Café (em grão) Arábica	Café (em grão) Canephora
Brasil	1920889	1514419	406470
São Paulo	190672	190585	87

Fonte: IBGE (2024).

São Paulo produz 307.353 toneladas de café e quase seu total é de café arábica (307.221 toneladas), fazendo com que o café Canephora represente apenas 0,04% do total da produção do estado. No cenário do Brasil a discrepância produtiva não é tão grande assim para e o café Canephora, que representa 30,5% da produção total (Tabela 5). Pode-se notar também que o Café Arábica protagoniza o valor da produção, rendendo 4.568.060 mil reais ao estado enquanto o canephora representa apenas 773 mil reais para o mesmo (Tabela 6).

Tabela 5. Comparativo entre São Paulo e Brasil na produção de café em grão Arábica e Canephora em diversos parâmetros segundo o IBGE 2023 - Quantidade produzida (Toneladas).

Localidade	Café (em grão) Total	Café (em grão) Arábica	Café (em grão) Canephora
Brasil	3405267	2364866	1040401
São Paulo	307353	307221	132

Fonte: IBGE (2024)

Tabela 6. Comparativo entre São Paulo e Brasil na produção de café em grão Arábica e Canephora em diversos parâmetros segundo o IBGE - 2023 Valor da produção (Mil Reais).

Localidade	Café (em grão) Total	Café (em grão) Arábica	Café (em grão) Canephora
Brasil	44030807	32787600	11243207

São Paulo

4568833

4568060

773

Fonte: IBGE (2024).

O Sumário Executivo do Café de fevereiro de 2025 divulgado pelo Ministério da Agricultura e Pecuária e Secretaria de Política Agrícola mostrou que a produção mundial de café estimada para o ano de 2025 é de 176,2 milhões de sacas de 60 kg e o Brasil sozinho deverá produzir 58,81 milhões de sacas, representando 33,3% desse total, sendo seguido pelo Vietnã com 16,5% e a Colômbia com 7% . Em 2024 as exportações de café verde renderam 11.338,1 milhões de dólares para o Brasil (Tabela 7), sendo o ano que exibiu maior valor dentre os últimos 8 anos.

Tabela 7. Destino das Exportações de Café Verde em milhões sacas (60 kg) segundo Sumário Executivo do Café de Junho de 2025.

Destino	2016 (milhões sacas / US\$ mil)	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025 (*)
Estados Unidos	5,9 / 1.013,5	6,2 / 1.036,6	6,2 / 762,8	6,5 / 846,0	6,9 / 829,5	6,9 / 1.124,6	7,7 / 1.173,1	7,0 / 1.150,3	6,6 / 1.180,5	3,6 / 638,4
Alemanha	5,0 / 933,5	5,6 / 982,9	5,6 / 798,4	6,1 / 891,6	6,3 / 872,6	6,2 / 1.124,7	7,0 / 1.216,2	6,5 / 1.093,1	6,2 / 1.122,2	3,4 / 653,5
Bélgica	2,4 / 447,6	2,8 / 509,6	2,9 / 414,3	3,0 / 442,3	3,1 / 434,3	3,2 / 584,9	3,5 / 579,0	3,4 / 572,6	3,2 / 581,2	1,8 / 348,0
Itália	2,2 / 410,6	2,5 / 443,5	2,5 / 365,6	2,7 / 410,2	2,6 / 371,0	2,8 / 531,4	2,9 / 513,1	2,6 / 467,3	2,7 / 491,3	1,5 / 291,3
Japão	1,1 / 239,1	1,2 / 263,9	1,2 / 193,0	1,3 / 248,2	1,3 / 226,0	1,3 / 264,6	1,5 / 251,0	1,4 / 254,2	1,2 / 225,8	0,6 / 124,1

Turquia	0,8 / 137,8	0,8 / 137,8	0,9 / 130,5	0,9 / 154,6	0,8 / 135,3	1,0 / 195,0	1,1 / 198,4	1,1 / 197,1	1,1 / 210,1	0,7 / 139,4
Reino Unido	1,0 / 171,1	1,2 / 206,3	1,0 / 140,4	1,2 / 179,0	1,0 / 146,4	1,1 / 198,5	1,1 / 182,1	1,0 / 167,8	1,0 / 180,3	0,5 / 98,0
Países Baixos (Hol.)	1,0 / 182,5	1,1 / 205,6	1,1 / 166,1	1,2 / 195,6	1,1 / 169,3	1,0 / 195,7	1,2 / 205,8	1,1 / 186,4	1,1 / 199,7	0,5 / 99,6
França	0,9 / 170,3	1,0 / 179,9	1,0 / 153,7	1,1 / 176,9	1,0 / 152,5	1,0 / 185,3	1,1 / 186,6	1,0 / 174,8	1,0 / 186,5	0,5 / 92,3
Coreia do Sul	0,5 / 92,4	0,6 / 109,4	0,6 / 88,8	0,6 / 103,5	0,7 / 113,3	0,7 / 136,1	0,8 / 125,0	0,7 / 121,4	0,7 / 130,5	0,4 / 79,4
Canadá	1,2 / 224,4	1,3 / 229,8	1,3 / 176,5	1,3 / 208,9	1,2 / 169,9	1,2 / 223,7	1,3 / 217,6	1,1 / 192,0	1,1 / 203,2	0,6 / 107,3
Suécia	0,7 / 133,3	0,7 / 121,5	0,6 / 99,1	0,7 / 119,5	0,6 / 90,5	0,7 / 127,1	0,6 / 102,6	0,6 / 97,1	0,5 / 93,0	0,3 / 60,3
Outros	8,6 / 1.529,6	9,0 / 1.494,9	8,9 / 1.297,3	8,9 / 1.395,7	8,5 / 1.206,3	9,5 / 1.829,8	10,6 / 1.807,0	10,0 / 1.739,5	9,5 / 1.788,6	5,2 / 1.016,2
Total	32,3 / 5.695,2	35,0 / 6.381,7	34,8 / 4.885,4	37,4 / 5.772,0	36,2 / 5.217,9	38,7 / 7.356,5	43,5 / 7.770,5	40,5 / 7.443,7	38,5 / 7.682,6	20,1 / 3.748,0

Fonte: Brasil (2025).

É possível analisar um relevante crescente na quantidade de exportações de 2020 em milhões de sacas de café verde, saltando de 37,2 em 2019 para 39,5 em 2020. Contudo, esse número sofreu uma decadência nos anos 2021, 2022 e 2023, sendo de 38; 35,5 e 35,3, respectivamente, para só em 2024 voltar com uma guinada sem precedentes nos anos apresentados de 46,1 milhões de sacas exportadas. Apesar da diminuição da exportação em sacas, os anos de 2021, 2022

e 2023 tiveram, os três, maior valor em milhões de dólares de exportações que o ano de 2020, demonstrando que, mesmo com menos sacas, as exportações ainda mantinham (e até cresciam) a rentabilidade do café no Brasil (Brasil, 2025).

Não é possível comparar o ano de 2025 de forma justa com os outros anos, dado que somente dados até o mês de junho puderam ser coletados, mas é interessante perceber que, mesmo na metade do ano, as exportações já renderam mais em milhões de dólares que os anos de 2016, 2017, 2018, 2019, 2020 e 2021, representando apenas 16,3 milhões sacas de café verde. Além disso, é possível notar que o maior consumidor do café nacional ainda é os Estados Unidos, seguido por Alemanha, Itália e Bélgica neste ano (Brasil, 2025).

Novos países como parceiros comerciais demonstram perspectivas positivas para a produção paulista. A exemplo da China, cuja relação comercial com o Brasil é particularmente superavitária em termos relativos e contribui para a estabilidade macroeconômica do país (Mesquita; Merlo; Gremaud, 2021). Nos primeiros nove meses de 2024, as exportações de café de São Paulo para a China cresceram 38,3% em relação ao período anterior, o que pode ser explicado pela abertura de novas cafeterias em países asiáticos e pelo aumento da popularidade da bebida entre os jovens chineses (Governo do Estado de São Paulo, 2025).

Contudo, esse crescente no consumo do café não se transfere tão claramente para o mercado interno pois, com a disponibilidade dependente do mercado externo e a flutuação dos preços do café no mercado doméstico, o consumo local é impactado (Mesquita; Merlo; Gremaud, 2021). O preço médio do varejo (500 g de café moído) no estado de São Paulo vem subindo constantemente (Tabela 8) mas, apesar disso, o mercado nacional ainda apresenta relevância expressiva quando comparado ao restante do mundo no consumo de café. Atualmente, o Brasil é o segundo maior consumidor mundial de café em grão verde, com cerca de 8 milhões de sacas consumidas anualmente destinadas tanto para a produção da bebida quanto de subprodutos. O consumo per capita brasileiro em 2024 foi cerca de 6,2 kg, destacando o café como um dos alimentos mais consumidos no país, com mais de 25 milhões de xícaras servidas diariamente só na cidade de São Paulo (Governo do Estado de São Paulo, 2025).

Tabela 8. Café Moído: Evolução dos Preços Médios Mensais no Varejo de São Paulo (R\$/500 g.)

Mês	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025 (*)
Jan	6,38	7,81	8,02	7,68	7,03	7,59	13,86	16,11	14,26	22,65
Fev	6,19	7,63	8,06	7,59	6,91	7,62	14,41	15,65	14,54	24,92
Mar	6,35	7,95	7,92	7,26	6,72	7,88	15,15	15,88	15,41	25,87
Abr	6,52	8,22	7,89	7,13	7,35	7,75	15,31	15,07	14,81	
Mai	6,81	8,46	7,97	7,08	7,44	7,51	15,51	14,80	14,70	
Jun	6,72	8,46	7,69	7,18	7,54	7,64	15,35	14,63	14,59	
Jul	6,90	8,34	7,54	7,01	7,46	8,00	15,55	14,94	14,41	
Ago	7,01	8,22	7,36	7,13	7,46	8,32	15,45	14,94	14,65	
Set	7,08	8,28	7,21	6,99	7,38	8,55	15,60	14,75	14,73	
Out	7,68	8,60	7,30	6,87	7,31	8,74	15,61	14,74	14,77	
Nov	7,56	8,13	7,35	7,01	7,39	9,25	15,42	14,83	14,73	
Dez	7,82	8,05	7,38	7,17	7,35	9,34	15,30	14,63	14,74	
Média	6,87	8,16	7,64	7,15	7,26	9,16	15,16	14,78	14,67	24,48
Var. Anual (%)	18,78	18,62	-6,33	-6,42	1,47	26,30	65,33	-2,43	-0,74	46,87

Fonte: Brasil (2025).

4.7 A nova cultura do café no Brasil

Até o período da decadência do café, do início até meados do século 20, a bebida foi deixando de ser característica das elites do *café society* para se tornar cada vez mais uma bebida básica de preços acessíveis para as massas e passou a ser tratado como uma mercadoria comum, vendida em grandes quantidades e sem diferenciação significativa em sabor ou qualidade. Esse processo ficou conhecido como a primeira onda do café (Fisher; Bishop, 2021).

Passando por mudanças sociais, econômicas e políticas, a percepção do brasileiro sobre a bebida segue a tendência mundial e também é alterada. Pode-se perceber pelas músicas da metade do século XX a transformação do período, como é o caso da música “A Luta Contra a Lata ou a Falência do Café” de 1975 de Gilberto Gil. Nela Gil (1975) aborda a disputa entre o café tradicional embalado em sacos, e o café solúvel, que era embalado em latas na época. A música questiona

se o "café de lata" é uma forma de falência para o café tradicional, ou se é apenas uma nova fase e levanta a decadência do café ao dizer que "*Navios de café calafetados já não passeiam portos por aí*" e citar que o café enlatado era um café queimado. O cantor usa dessa disputa para exprimir também a rivalidade das classes mais baixas com os "*velhos donos*", com a "*grã-finagem*", com a "*velha linhagem de quatrocentões*", com o "*café soçaita*", com os "*restos do barão*" e com as "*elites do café*". Gil (1975) canta:

Alô, mulatas! Alô, alô, mulatas!
 O barulho que vocês estão ouvindo é um barulho de latas!
 De latas! Eu disse: "Latas! Latas!"
 O exército de latas mil do inimigo
 Tomou de assalto as prateleiras e os balcões
 Em nome das plebéias chaminés plantadas
 Em nossos quintais
 Palavras proferidas por um velho dono
 De terras roxas de uma vasta região
 Em nome das grã-finas tradições plantadas
 Em seu coração
 (Café! Café! Café! Café!)
 Chaminés plantadas nos quintais do mundo
 As latas tomam conta dos balcões
 Navios de café calafetados
 Já não passeiam portos por aí
 Rasgados velhos sacos de aninhagem
 A grã-finagem limpa seus brasões
 Protege com seus sacos de aninhagem
 Velha linhagem de quatrocentões
 Os sacos de aninhagem já não dão
 A queima das fazendas também não
 As latas tomam conta do balcão
 Vivemos dias de rebelião
 Enlate o seu café queimado
 Enlate o seu café solúvel
 Enlate o seu café soçaita
 Enlate os restos do barão
 A lata luta com mais forças
 Adeus, elite do café
 Enlate o seu café solúvel
 Enquanto dá pé
 (Gil, 1975)

Na música "Cotidiano" de Chico Buarque é retratada a repetição mecânica das relações afetivas (Buarque, 1971) que envolvem o café e como o trabalhador encara a bebida como parte de sua rotina produtiva e exaustiva, perdendo então o estimo e a romantização que o café society tinha pela bebida. Buarque (1971) canta:

Todo dia ela faz tudo sempre igual
 Me sacode às seis horas da manhã
 Me sorri um sorriso pontual
 E me beija com a boca de hortelã
 Todo dia ela diz que é pr'eu me cuidar
 E essas coisas que diz toda mulher
 Diz que está me esperando pr'o jantar
 E me beija com a boca de café
 Todo dia eu só penso em poder parar
 Meio-dia eu só penso em dizer não
 Depois penso na vida pra levar
 E me calo com a boca de feijão
 (Buarque, 1971)

Na segunda onda do café, que acontece dos meados do século XX até os anos 2000 e que teve maior força nos anos 90, o café passa a ser a bebida símbolo do capitalismo onde é um “alimento básico” para os trabalhadores, sendo associado à produtividade, mas, também é uma bebida que as pessoas procuravam saborear e associar a um estilo de vida mais consciente, embora ainda em uma escala maior, não tão especializada como viria a ser na Terceira Onda. Um grande exemplo disso é a expansão global do Starbucks, que fez do café uma bebida ligada à experiência social, ao estilo de vida e à expressão de identidade pessoal, mas ainda sem se preocupar com a qualidade sensorial e produzida de forma padronizada e em massa (Fisher; Bishop, 2021).

No Brasil a cultura também é moldada por essa experiência. Na música “Mais Um Café Gelado Por Favor” de 2001 a banda paulista de hardcore “Dance of Days” demonstra uma crise de identidade e uma insatisfação com como aquela sociedade lida com o dinheiro ao cantar:

Como devo mudar o mundo?
 Como devo me comportar?
 E das coisas que devo pensar
 Eu só quero um sorriso, quero sair e namorar
 Essa noite já não posso mais
 Ficar e ouvir você falar, sobre dinheiro e trabalhar
 Sobre coisas que eu não vou mudar
 Quem sabe outro dia, hoje estou indo embora

Não tenho hora pra voltar
(Dance of Days, 2001).

Além disso, em 2018 a banda “El Efecto” lança a música "Café" em seu álbum “Memórias do Fogo”, que reflete, a partir da xícara do cafézinho, a história de exploração e sofrimento da commodity no Brasil e a compara com a vida de requintes de um café francês em Paris. A canção escancara a distância que existe entre “a flor do bem estar” da ilusão de uma paz austera que a imagética do café gourmetizado traz e o “suor da escravidão” do trabalho para produzir os grãos exportados em “um barco grande” que “leva a dor além”. Também é possível notar a percepção do eu-lírico do amargor da bebida, assim como em outras músicas já citadas, e o sentimento de revolta e desconexão com a bebida que originalmente era doce que o trabalhador brasileiro adquiriu na terceira onda do café.

Colônia! Teus filhos já estão de pé
Mais um dia se inicia na colheita do café
Pesado é o fardo – e o gosto amargo
Sombras do passado pairam sobre o cafezal
Vastos campos, vilas e aldeias
Devastadas jazem sob a imensa plantação
Mágoas que o roçado semeia
Semeia
Braços baratos, curvados
Em nome de um grão
Pisados, moídos, pilados
No corpo carregam impressas
As farpas, os prantos, os calos
As marcas das veias abertas
Sombras do passado, cantos, vozes ancestrais
Movimentam rios profundos
Brotam no silêncio o sopro da revelação
Que faz do grão vermelho o espelho dos mundos
Como se o tempo se abrisse
Na palma da mão
E um arco bordado de fogo
No céu costurou lado a lado
Os elos da eterna cadeia
Presente, futuro e passado
Como quem vê
O horizonte a se alargar
Como quem vê
Que além do monte desagua o mar
Um barco grande leva a dor além
Um cais distante avante marcha um trem
A luz vibrante da capital
À luz de velas um casal
Um café em Paris
Num café em Paris
Feliz! Nada como estar em paz, a sós
Feliz! O universo a conspirar por nós
Perfumada é a flor do bem-estar

Não existe outro lugar, somente agora e aqui
 Feliz! Nada como estar a sós, em paz
 Feliz! Uma flor, uma canção e nada mais
 Lindo instante pra se eternizar
 Hoje o mundo se rendeu
 Só pra você e eu
 Colônia! Teus filhos já estão de pé
 Grãos vermelhos se incendeiam na colheita do café
 Ondas de revolta, se levanta o cafezal
 Pela terra e suas riquezas
 Bomba contra foice, metralha contra facão
 Sangra a insurreição camponesa
 Punhos cerrados, tragados
 Pra baixo do chão
 Sinistra e amarga colheita
 Semeada por grão de chumbo
 Os elos da triste cadeia
 O horizonte além do monte
 O mar vibrante, um cais distante
 A dor da terra avante a se espalhar
 Abrem-se as cortinas no cenário de cristal
 O brilho da bandeja rumo à mesa do casal
 Um gole, um gosto amargo impossível de engolir
 Um gesto de repulsa faz a xícara cair
 E a fina porcelana se estraçalha contra o chão
 Um rasgo de navalha no veludo da ilusão
 E a poça sobre o mármore harmoniza um novo tom
 Colônia
 Se espalha pelo chão, o espelho da vergonha
 E a mancha no salão por fim completa a cena
 Do líquido no chão, revela-se um poema
 A flor do bem-estar se rega com o suor da escravidão!
 (El Efecto, 2018)

4.8 O café “pós-moderno” e novas oportunidades

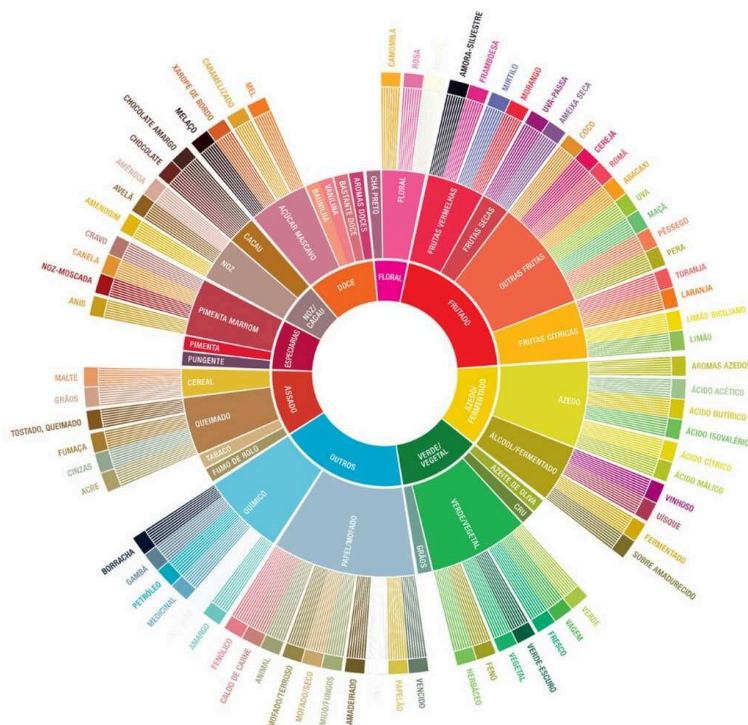
Observa-se um aumento do consumo de bebidas à base de café em estabelecimentos comerciais já que os consumidores estão dispostos a pagar mais por produtos de dose única, como cápsulas e café pronto para beber (Brainer; Ximenes, 2021). Isto, alinhado à “terceira onda do café”, movimento atual caracterizado por Fisher e Bishop (2021) como a tendência mundial de aumento do consumo de bebidas não alcoólicas, nas quais o café se associa como a “bebida da pós-modernidade” que performa identidade e diferença para seus consumidores cada vez mais preocupados com excelência, autenticidade artesanal e uma conexão com a origem da produção (Fisher; Bishop, 2021), colocam a produção e comercialização de seus grãos em papel de destaque nos mercados.

Sendo sempre uma cultura de significância na economia e no imaginário popular, o café passa hoje por uma transformação no seu consumo que alinha-se com as tendências contemporâneas de agregar valor econômico através da

tradução estratégica de qualidades materiais e simbólicas que vão além do que o simples valor de uso de um “alimento-droga” cujas propriedades físicas e viciantes do café não são apenas essenciais para o seu apelo de manter os consumidores acordados e produtivos, mas também fornecem uma base material para narrativas de marketing através da qualidade e devoção artesanal (Fisher; Bishop, 2021).

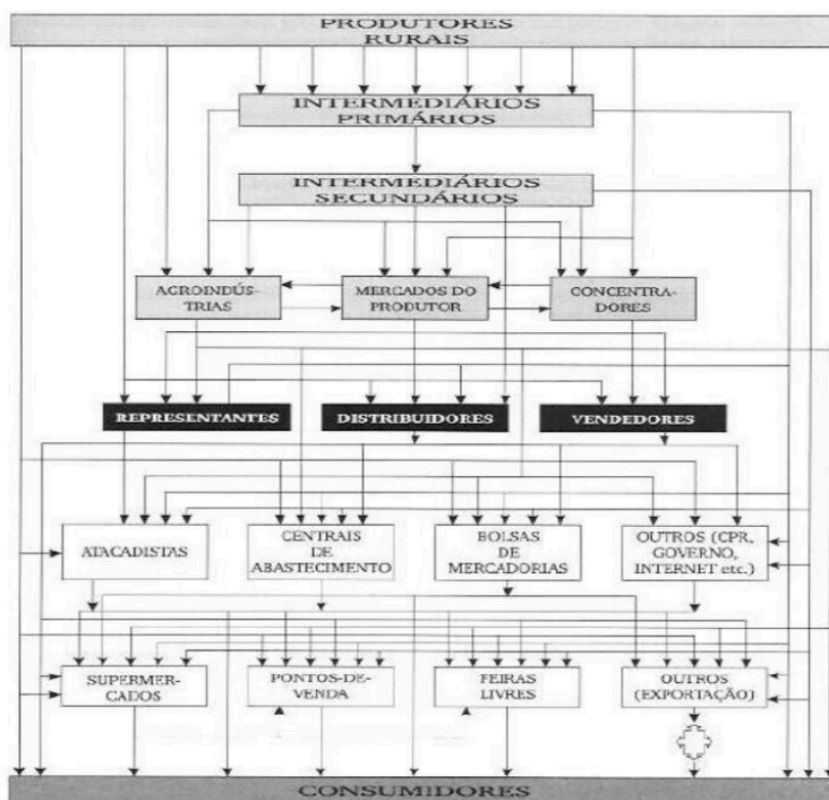
Os protocolos de degustação e o léxico de sabor, aroma, textura e outras características qualitativas promovidos pela SCA (Specialty Coffee Association) (Figura 6) contribuem para uma criação de valor no mercado de café (Fisher; Bishop, 2021) que muitas vezes não são compartilhados pelos próprios produtores, já que definições de qualidade do café variam entre as partes interessadas e são percebidas de maneira diferente a depender do agente da cadeia produtiva e de comércio do café (Vogt, 2020). Essa cadeia é complexa e plural (Figura 7), pois ainda é muito pautada por atravessadores, e a comercialização no agronegócio se dá por diversos meios que muitas vezes se interpõem e alteram a visão que cada agente tem sobre o produto (Oliveira; Ferreira, 2019)

Figura 6. Roda de sabores do café.



Fonte: Coffee Taster's Flavor Wheel – SCAA (2016).

Figura 7. Canais de comercialização em agronegócios.



Fonte: Araújo (2013).

Vogt (2020) atestou que as percepções de qualidade do consumidor são notadas através da marca ou origem (podendo ser influenciados pela promoção do produto através de propagandas), da acessibilidade (fator que inclui, além do preço, a distribuição do produto nas redes de comércio como supermercados, feiras, entre outros), da sustentabilidade, do gosto pessoal e da forma de preparação (se o grão é comercializado inteiro ou moído, a preferência se dá pela técnica que o consumidor tem disponível no seu dia-a-dia), enquanto as percepções de qualidade do agricultor e da comunidade agrícola são notadas através da experiência comunitária (fatores tradicionais e culturais se incluem nessa perspectiva), da influência no ambiente, sociedade e economia, da quantidade e qualidade da colheita, do conjunto de frutos (tamanho e forma) e da experiência agrícola.

Essas tendências contemporâneas atestam um valor agregado ao café especial (café com pouco ou nenhum defeito e classificado com pontuação acima de 80 pontos, numa escala de 0 a 100 no processo de cupping dos protocolos SCA) que vão além do seu valor de uso pois os léxicos de degustação da SCA não apenas padronizam e atestam a qualidade, mas também retificam o produto,

transformando-o em um símbolo de status ou “artesanalidade” dissociado do trabalho dos agricultores para os compradores (Vogt, 2020). Essa dissonância revela uma contradição: enquanto o mercado celebra o café como commodity de luxo ou experiência sensorial, os produtores permanecem subordinados a cadeias globais que os alienam do valor real de seu trabalho (Marx, 2017).

Além disso, de acordo com o conceito de materialismo histórico apresentado no livro “A Ideologia Alemã” de Marx e Engels (2007) as relações materiais (econômicas, sociais e tecnológicas) de produção podem determinar a consciência social e moldam a percepção de mundo das pessoas e, conseqüentemente, a relação com a produção e comercialização do café também diverge entre os próprios produtores que exprimem diferentes realidades econômicas e sociais. As formas de comercialização da commodity exprimem a pluralidade dessas realidades (Oliveira; Ferreira, 2019) onde pequenos produtores que não estão inseridos nesse esmero propagandista e não conhecem o léxico pós-moderno da terceira onda do café estão muito mais vulneráveis e distantes das grandes exportações de café especial e até mesmo distantes da mecanização e industrialização da produção em massa de um café de pior qualidade (conhecido como bica-corrída) (Fisher; Bishop, 2021).

Grandes empresas de processamento, industrialização e comercialização ainda dominam o mercado mundial de café. As torrefadoras, que se dedicam ao processo de industrialização do café, bem como no tocante à inovação e desenvolvimento de novos produtos, marketing e venda de suas marcas, e as “tradings”, que atuam nos serviços de exportação e importação, logística e armazenamento do café, possuem acesso à informações estratégicas e tornaram-se grandes conglomerados, oligopolizando o mercado (Frederico, 2013). E, assim, os produtores que não conseguem garantir grandes aportes de produção para a exportação ou se sustentar apenas com a venda direta caem em uma insegurança financeira.

Para contornar essa questão, os produtores vinculam-se à cooperativas ou utilizam de mercados futuros como forma de se proteger contra a volatilidade dos preços, assegurando uma margem de lucro para suas vendas (Oliveira; Ferreira, 2019) e garantindo o custeamento de produção, já que a cultura do café é um investimento à longo prazo onde é necessário projetar um valor para o momento da venda (Oliveira; Ferreira, 2019)

Oliveira e Ferreira (2019) asseguram que praticamente todo o café produzido é direcionado para intermediários que beneficiam e encaminham o café de consumo interno para as indústrias de torrefação e os de qualidade superior para o mercado externo, demonstrando a distância entre as pontas da cadeia produtiva (produtor e consumidor) e beneficiando a exportação do café nacional, fato comprovado pelo Sumário Executivo do Café de fevereiro de 2025 que afirma que em média 4,3 milhões de sacas de 60 quilogramas de café foram exportados mensalmente pelo Brasil em 2024 (Brasil, 2025).

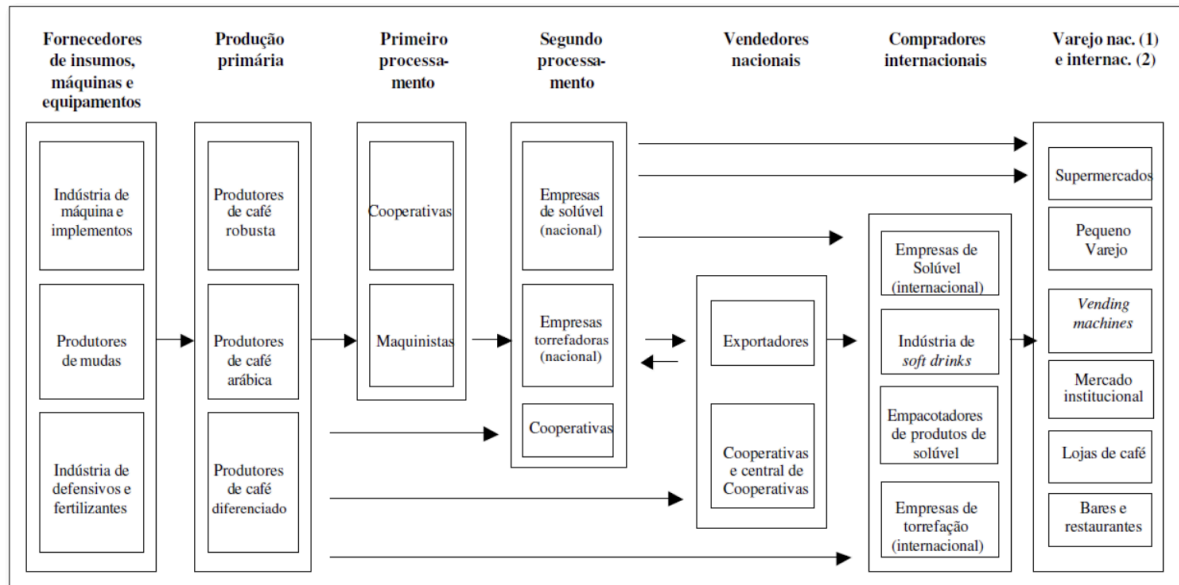
Essa dependência dos intermediários e constante demanda do mercado exterior afetam até os cafés orgânicos que, mesmo os produtores que ostentam sucesso no nicho sejam pequenos produtores, com áreas menores que 10 hectares e produção anual menor que 50 sacas beneficiadas de 60 kg, também são intermediados por exportadores que têm facilidade para comercializar esses lotes. 27% dos produtores de café orgânico comercializa diretamente com empresas exportadoras especializadas e outros 27% comercializa com “traders” mundiais do café e, por diversas vezes, esse café é comercializado como se não fosse produzido de forma orgânica, mas como commodity (Marcomini, 2021).

Sendo assim, uma parcela significativa (36%) dos produtores criou canais próprios de comercialização do produto orgânico. A industrialização da produção em suas propriedades agrícolas, a venda na própria propriedade ou na região permitem que o produtor se aproprie desse valor simbólico da “bebida da pós-modernidade” para os novos consumidores que, por vezes, estão em busca de outros produtos (ao passo que essas propriedades possuem outras atividades agrícolas como o cultivo de frutas, cachaça e gado) e acabam comprando o café orgânico. Estes produtores então acabam obtendo um bom resultado financeiro, exatamente pelas características de diferenciação pela qualidade do produto e se aproximam do consumidor final na cadeia produtiva e de comércio do café (Marcomini, 2021)

Farina e Zylbersztajn (1998) separaram essa cadeia produtiva e de comércio de café em sete segmentos: fornecedores de insumos, máquinas e equipamentos; produção primária; primeiro processamento; segundo processamento; vendedores nacionais; compradores internacionais e varejo nacional e internacional, criando um fluxograma do café (Figura 8) complexo e que demonstra a desigualdade da percepção do produto entre uma ponta e outra da cadeia, como demonstrado por (Vogt, 2020), e entre os próprios produtores, como demonstrado por Oliveira e

Ferreira (2019). Pode-se perceber que a produção primária não tem conexão direta com o varejo nacional e internacional, ou precisam passar por cooperativas, ou precisam passar pelos compradores internacionais.

Figura 8. Fluxograma do agronegócio do café.



Fonte: Farina e Zylbersztajn (1998).

Para aumentar a competitividade do café paulista no mercado interno, é necessária uma governança integrada que envolva tanto o setor privado quanto órgãos de Estado, abordando questões como políticas públicas, pesquisa, sustentabilidade, logística e infraestruturas que não necessariamente privilegiam a exportação (Governo do Estado de São Paulo, 2025). Infelizmente, grupos menores e mais coesos, especialmente formados por grandes produtores, conseguem organizar-se melhor e influenciar mais as políticas públicas pois há um custo para gerar pressão política e apenas em grupos em que pedir proteção é mais barato (por exemplo, pela concentração geográfica ou por possuir representantes bem organizados) que se percebe a eficácia em conseguir políticas favoráveis (Helfand, 2000).

A ascensão dos cafés certificados evidencia uma crescente procura por produtos diferenciados e sustentáveis no mercado global e o aumento do consumo interno nos países produtores são fatores que indicam a necessidade de atenção do estado de São Paulo à adaptação ao mercado, tendo reconhecido o Brasil como

grande produtor não apenas de cafés commodity, mas também de cafés diferenciados, alinhando-se às exigências contemporâneas do mercado (Abreu et al., 2013).

A Indicação Geográfica (IG) emerge como uma estratégia relevante nesse processo, por meio do aumento do número de certificações que atestam a origem dos cafés, associando a qualidade do produto à sua região de produção. Essa certificação contribui para a ampliação e estabilização das margens de lucro, especialmente para pequenos produtores, favorecendo a valorização dos produtos regionalizados (Abreu et al., 2013).

Além disso, há investimentos expressivos na produção de cafés de qualidade, com os países produtores direcionando recursos para a produção de cafés especiais para atender à crescente demanda por produtos certificados, com a adoção de selos reconhecidos internacionalmente, como Fair Trade, UTZ e Rainforest Alliance, os quais enfatizam práticas sustentáveis e responsabilidade social. A promoção de parcerias entre o setor empresarial e comunidades de pequenos cafeicultores tem sido um elemento-chave para o desenvolvimento sustentável do setor cafeeiro, contribuindo para que as empresas assumam compromissos sociais enquanto asseguram a qualidade da produção (Abreu et al., 2013).

Portanto, a precificação deve refletir o valor agregado e classificar o produto adequadamente no mercado, a distribuição precisa ser feita com agilidade e qualidade, sempre monitorando as ações da concorrência para manter vantagem competitiva e atendendo também ao mercado interno e contemplando também os pequenos produtores, pois, como afirmam Antônio Carlos Nicikava e Edemar Ferrarezi Junior, o agronegócio é socialmente sustentável, mas como agente privado é insustentável (Nicikava; Ferrarezi Júnior, 2022).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se afirmar que os interesses econômicos de uma elite cafeicultora moldaram então a estrutura fundiária, a política, a cultura e ditaram questões trabalhistas no estado de São Paulo por quase dois séculos. Uma *commodity* cuja comercialização é voltada para a exportação e sua produção acontece em massa e em monocultura pode fragilizar a economia local ao depender exclusivamente do capital estrangeiro, pode excluir questões humanitárias e de interesse popular de suas políticas e também pode exaurir o meio ambiente em que se instala.

O século XIX foi marcado pela chegada e desenvolvimento do café em São Paulo e abriu o terreno para a formação de parte da identidade nacional e estadual e sua relação com o café, cunhou como seriam distantes as relações entre os produtores e seu produto até os dias de hoje através das primeiras atividades de comissários, atravessadores e início das especulações do mercado futuro do café além, é claro, de definir a violência e racismo que perpetuaram nas relações sociais e de trabalho pela escravização de pessoas negras e povos originários, bem como a exploração de mão de obra estrangeira dos imigrantes.

O século XX marca a decadência da produção, comercialização e imaginário cultural do café para os paulistas. O século é marcado por guerras no estrangeiro que prejudicaram a economia cafeeira nacional, pela mecanização do campo com o “pacote tecnológico” estadunidense da revolução verde, por questões políticas internas em relação aos interesses legislativos da produção e do mercado do café, somados à um golpe ditatorial e pelo declínio produtivo agrícola dos já antigos pés de café das fazendas de latifúndio.

O início do século XXI traz uma nova identidade ao café para os paulistas ao explorar mercados mais sustentáveis e de valor agregado simbólico por sofisticar a experiência sensorial e léxica da bebida com classificações oficiais. Também vem apresentando uma nova crescente no consumo, novos mercados de nicho e aumento nos valores de exportação, tanto financeiro quanto em sacas. No entanto, segue com os mesmos padrões de preterir o mercado interno ao externo e de alienar o produtor de seu produto final com cadeias de comercialização muito longas, assim como no século XIX.

Por isso, o presente trabalho questiona quanto o café “pós-moderno” realmente se difere do elitista café society e indica integrações público-privadas necessárias para um desenvolvimento realmente sustentável da economia cafeeira

no estado de São Paulo, além de tentativas de estreitar a distância entre as percepções do produtor e do consumidor sobre o mesmo produto e busca abrir espaço para futuras pesquisas que almejam elucidar a melhora no comércio interno e doméstico do café brasileiro.

REFERÊNCIAS

ABREU, G. F. de; SILVA, E. C.; CASTRO JUNIOR, L. G. de; SANTOS, P. H. A. Identificação das principais tendências para a produção mundial de café. **Simpósio de pesquisa dos cafés do Brasil**. 2013, Salvador. Brasília: Embrapa Café, 2013. p. 1–10.

AGNOLETTI, B. Z. **Avaliação das propriedades físico-químicas de café arábica (*Coffea arabica*) e conilon (*Coffea canephora*) classificados quanto à qualidade da bebida**. 2015. 110 f. Dissertação (Mestrado em Ciência e Tecnologia de Alimentos) - Universidade Federal do Espírito Santo, Alegre. 2015.

ALMEIDA, R.B.P.; ANTAR, G.M. *Coffea* in Flora e Funga do Brasil. **Jardim Botânico do Rio de Janeiro**. Disponível em: <https://floradobrasil.jbrj.gov.br/FB24409>. Acesso em: 2 mar. 2025.

ARAÚJO, M. J. Fundamentos de Agronegócios. **4. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A**, 2013.

AUCAR, B.; ROCHA, E.; MARIANO, M. Café Society Carioca: glamour e distinção nas colunas sociais do Rio de Janeiro (1940-1960). **E-Compós. Revista Científica de Comunicação**, Brasília, v.26, p.–, dez. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.30962/ec.2888>. Acesso em: 22 jun. 2025.

BOTELHO, J. M. La diaspora italiana ottocentesca in Brasile e la formazione del talian come lingua di comunicazione tra gli immigrati italiani in terre brasiliane. **Philologus**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 76, jan./abr. 2020. Disponível em: <https://www.revistaphilologus.org.br/index.php/rph/article/view/538>. Acesso em: 3 mar. 2025

BRAINER, M. S. de C. P.; XIMENES, L. F. Produção e mercado do café. **Caderno Setorial ETENE**, Fortaleza, v 6, n. 207, 2021. Disponível em:

https://www.bnb.gov.br/s482-dspace/bitstream/123456789/1108/3/2021_CDS_207.pdf. Acesso em: 31 mar. 2025

BRASIL. Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA); Secretaria de Política Agrícola (SPA). Sumário Executivo do Café – fevereiro de 2025. Brasília, DF: **MAPA/SPA**, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br>. Acesso em: 2 mar. 2025.

BRASIL. Ministério da Agricultura e Pecuária. Secretaria de Política Agrícola. Departamento de Análise Econômica e Políticas Públicas. **Coordenação-Geral de Políticas Públicas**. Sumário executivo – Café. Brasília, jun. 2025. 49 p.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Instrução Normativa nº 8, de 11 de junho de 2003. Aprova o Regulamento Técnico de Identidade e de Qualidade para a Classificação do Café Beneficiado Grão Cru. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 12 jun. 2003. Seção 1, p. 14. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br>. Acesso em: 3 mar. 2025.

BUARQUE, C. Cotidiano. Intérprete: Chico Buarque. In: Construção [LP]. Rio de Janeiro: Philips, 1971. 1 disco sonoro (3 min 25 s), estéreo.

CALSANI, R. de A. Entre o café e o açúcar: o cotidiano na História do homem do campo na cidade de Ribeirão Preto (1940–1970). **Semana De Geografia e História: Migração e Produção do Espaço Geográfico Como Processo Histórico de Cultura**, 12, Anais eletrônicos. 2008, Ribeirão Preto: Centro Universitário Barão de Mauá, 2008. v. 1, n. 1. Disponível em: http://www.baraodemaua.br/evento_detalhe.php?evento=221. Acesso em: 22 jun. 2025.

COLISTETE, R.P. Regiões e especialização na agricultura cafeeira: São Paulo no início do século XX. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 69, n. 3, p. 331–354, jul./set. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.5935/0034-7140.20150015>. Acesso em: 22 jun. 2025.

DANCE OF DAYS. Mais um café gelado, por favor. Intérprete: Dance of Days. In: A História Não Tem Fim. São Paulo, 2001.

DAVIS, A. P.; GOVAERTS, R.; BRIDSON, D. M.; STOFFELEN, P. An annotated taxonomic conspectus of the genus *Coffea* (Rubiaceae). **Botanical Journal of the Linnean Society**, London, v. 152, p. 465-512, 2006

EL EFECTO. Café. Intérprete: El Efecto. In: Memórias do Fogo. Brasil: Independente, 2018. Streaming (Spotify).

FARINA, E.; ZYLBERSZTAJN, D. Competitividade no agribusiness brasileiro: relatório elaborado para o Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas – IPEA. São Paulo: **PENSA/USP**, 1998.

FAZUOLI, L. C. Genética e melhoramento do cafeeiro. In: RENA, A. B.; MALAVOLTA, E.; ROCHA, M. IAMADA, T. (Ed.). Cultura do cafeeiro (fatores que afetam a produtividade). Piracicaba: **POTAFOS**, 1986. p. 88-113.

FERNANDES, J. M. B.; VIEIRA, L. T.; CASTELHANO, M. V. C. Revisão narrativa enquanto metodologia científica significativa: reflexões técnicas-formativas. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, v. 3, n. 1, p. 1–7, 2023. ISSN 2763-6704.

FERRÃO, R. G. et al. Cultivares de cafés Conilon e Robusta. **Informe Agropecuário: Cafés Conilon e Robusta: potencialidades e desafios**, Belo Horizonte, v. 41, n. 309, p. 17–25, 2020.

FIGUEIRA, R. R.; Slavery in Today's Brazil: Law and Public Policy. **Latin American Perspectives**, [S.l.], v. 44, n. 6, p. 77–89, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0094582X17699913>. Acesso em: 22 jun. 2025.

FISHER, E.; BISHOP, L. Quality and inequality: creating value worlds with Third Wave coffee. **Socio-Economic Review**, [S.l.], v. 19, n. 1, p. 111-131, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/ser/mwz044>. Acesso em: 5 dez. 2024 .

FREDERICO, S. Lógica das commodities, finanças e cafeicultura. **Boletim Campineiro de Geografia**, v. 3, n. 1, 2013.

GIL, Gilberto. A luta contra a lata ou a falência do café. In: Refazenda [LP]. Rio de Janeiro: Philips, 1975. 1 disco sonoro (4 min 26 s), estéreo.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Rotas do Café de São Paulo. São Paulo: InvestSP; **Secretaria de Turismo e Viagens; Secretaria da Agricultura e Abastecimento; Casa Civil**, abr. 2025. Disponível em: <https://www.investsp.org.br>. Acesso em: 22 jun. 2025.

HELFAND, S. M. Interest groups and economic policy: explaining the pattern of protection in the Brazilian agricultural sector. **Contemporary Economic Policy**, [S.l.], v. 18, n. 4, p. 462–476, out. 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1465-7287.2000.tb00042.x>. Acesso em: 22 jun. 2025.

HERBÁRIO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. Espécime UEC110190: Coffea arabica L. **Campinas: Centro de Referência em Informação Ambiental – CRIA**. Disponível em: <https://images.cria.org.br/viewer/UEC110190>. Acesso em: 22 jun. 2025.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Tabela 5457 – Produção da extração vegetal e da silvicultura, por tipo de produto e unidade da federação. **SIDRA – Sistema IBGE de Recuperação Automática**, Rio de Janeiro, 2024. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5457>. Acesso em: 22 jun. 2025.

JARDIM BOTÂNICO DO RIO DE JANEIRO. Consulta pública – **Lista de espécies da Flora do Brasil: resultado para o termo “café”**. Rio de Janeiro: Flora do Brasil 2020, 2025. Disponível em: <https://floradobrasil.jbrj.gov.br>. Acesso em: 22 jun. 2025.

LAMOUNIER, M. L.. Agricultura e mercado de trabalho: trabalhadores brasileiros livres nas fazendas de café e na construção de ferrovias em São Paulo, 1850-1890. **Estudos Econômicos (São Paulo)**, São Paulo, v. 37, n. 2, p. 353–372, jun. 2007.

Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-41612007000200005>. Acesso em: 22 jun. 2025.

LOBATO, Monteiro. A barca de Gleyre: cartas a Godofredo Rangel. 20. ed. **São Paulo: Globo**, 2010.

LOUREIRO, F. Insoluble Dispute: The U.S.-Brazilian Soluble Coffee Trade and Brazil's Third Worldism. **Diplomatic History**, [S.l.], v. 45, n. 1, p. 132-158, Jan. 2021. Disponível em: <https://academic.oup.com/dh/article/45/1/132/6053215>. Acesso em: 3 mar. 2025

MACEDO, L. F. Sinatra canta sobre o Brasil. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 5 jul. 2024 (ou data real de publicação, se diferente). Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vozes/dia-de-classico/sinatra-canta-sobre-o-brasil/>. Acesso em: 22 jun. 2025.

MARCOMINI, G. R. Análise da produção de café orgânico no Brasil através da teoria da ecologia populacional. **Cadernos de Sociologia Aplicada**, [S.l.], v. 21, n. 40. Disponível em: <https://doi.org/10.48075/csar.v21i40.20515>. Acesso em: 3 mar. 2025.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. Livro I. **São Paulo: Boitempo**, 2017.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MENDES, A. N. G.; GUIMARÃES, R. J. Cafeicultura empresarial (produtividade e qualidade - genética e melhoramento do cafeeiro). Lavras: **UFLA/FAEPE**, 1996.

MESQUITA, R. B.; MERLO, E. M.; GREMAUD, A. P. Panorama do comércio exterior brasileiro: evolução dos principais parceiros e produtos (1997–2020). **Cadernos PROLAM/USP – Brazilian Journal of Latin American Studies**, São Paulo, v. 20, n. 39, p. 414–440, jan./jun. 2021. Disponível em:

<https://doi.org/10.11606/issn.1676-6288.prolam.2021.178485>. Acesso em: 22 jun. 2025.

MONSMA, K. Desrespeito e violência: fazendeiros de café e trabalhadores negros no Oeste paulista, 1887-1914. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 12, n. 21/22, p. 103-149, jan./dez. 2005. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/6370/3819>. Acesso em: 3 mar. 2025.

MORAES, J. G. V. de.; Cafés com música: novas práticas culturais e sociabilidades musicais em São Paulo no início do século XX. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 42, n. 89, p. 299–322, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-93472022v42n89-07>. Acesso em: 22 jun. 2025.

NASTARI, D. M.; Nacionalismo de exportação: Portinari, identidade brasileira e os Estados Unidos (1935-1942). **ARS (São Paulo)**, São Paulo, v. 20, n. 46, p. 122–191, dez. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2178-0447.ars.2022.197390>. Acesso em: 22 jun. 2025.

NICKAVA, A. C.; FERRAREZI JÚNIOR, E.; História e consumo do café no Brasil e no mundo. **Revista Interface Tecnológica**, Taquaritinga, SP, v. 19, n. 2, p. 713–722, 20 dez. 2022. Submetido em 01 set. 2022. Aceito em 28 nov. 2022. Disponível em: <https://revista.fatectq.edu.br/interfacetecnologica/article/view/1496>. Acesso em: 3 mar. 2025.

OLIVEIRA, M.; FERREIRA, J.; Mercado e canais de comercialização de café: um estudo bibliométrico. **ResearchGate**, 2019. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/343323279_MERCADO_E_CANALIS_DE_COMERCIALIZACAO_DE_CAFE_Um_estudo_Bibliometrico. Acesso em: 3 mar. 2025.

PERISSINOTTO, R. M.; Estado, capital cafeeiro e crise política na década de 1920 em São Paulo, Brasil. **Hispanic American Historical Review, Durham (NC)**, v. 80,

n. 2, p. 299–320, junho 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.1215/00182168-80-2-299>. Acesso em: 22 jun. 2025.

PEROSA, R. Comércio e financiamento na lavoura de café de São Paulo: no início do século. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 63–78, mar. 1980. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-75901980000100005>. Acesso em: 22 jun. 2025.

PORTINARI, C. Café. [pintura], 1935. Óleo sobre tela, 100 x 130 cm. Rio de Janeiro: **Museu Nacional de Belas Artes**. Disponível em: <https://www.portinari.org.br/acervo/obras/3882/cafe>. Acesso em: 22 jun. 2025.

SANTOS, A. P. dos. Sitiantes do café: formação negativa do trabalho familiar de sitiantes numa região da retaguarda da franja pioneira paulista – Itápolis, 1920-1940. **Boletim Paulista de Geografia**, [S.l.], v. 1, n. 103, p. 22–53, 2020. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/1978>. Acesso em: 22 jun. 2025.

SEMIL, Governo do Estado de São Paulo. Conheça o grande pintor Candido Portinari. **SEMIL, São Paulo**, 10 set. 2015. Disponível em: <https://semil.sp.gov.br/2015/09/o-grande-pintor-candido-portinari/>. Acesso em: 22 jun. 2025.

SILVA, A. F. C. A campanha contra a broca-do-café em São Paulo (1924-1927). **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 4, dez. 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702006000400010>. Acesso em: 22 jun. 2025.

SILVA, G. P. da. Estrangeiras e nacionais: as maiores casas exportadoras de café em Santos (1897–1930). **Estudos Econômicos (São Paulo)**, São Paulo, v. 53, n. 2, p. 305–341, abr./jun. 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ee/a/VHfbBPxB75JtZrhcyRqtKs>. Acesso em: 22 jun. 2025.

SILVA, G. P. da. O predomínio das casas estrangeiras sobre a exportação cafeeira em Santos no século XIX. **América Latina en la Historia Económica**, Cidade do México, v. 22, n. 3, p. 213–246, dez. 2015. Disponível em: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1405-2253201500030007&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 22 jun. 2025.

SILVA, I. J. da; OLIVEIRA, J. H. C. de; OLIVEIRA, L. L. de. Do café à cana-de-açúcar: o impacto das transformações econômicas nas relações de trabalho na microrregião de Ribeirão Preto (SP), entre 1945 e 1985. **História Econômica & História de Empresas**, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 361–374, 2017. Disponível em: <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/hehe/article/view/2137>. Acesso em: 22 jun. 2025.

SILVA, J. D. da; CHICONE, L. C. G. Diferenças entre o café Canephora e Arábica. **Repositório FEIT-UVERAVA**, [S. l.], 2025. Disponível em: <https://repositorio.feituverava.com.br/srv-c0002-s01/api/core/bitstreams/c27a26ec-b61e-4c54-82be-02a8fc5ec16a/content>. Acesso em: 3 de fev. 2025.

SINATRA, F. The coffee song. [S.l.]: Columbia Records, 1946. 1 disco sonoro (2 min 45 s), 78 rpm. Letra de Bob Hilliard e música de Dick Miles.

SÁ PORTO, P. C. de; UTSUNOMIYA, K. Café, indústria e desenvolvimento regional no estado de São Paulo. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, Presidente Prudente, v. 10, n. 3, p. 117–135, 25 jan. 2024. Disponível em: <https://ojsrevista.furb.br/ojs/index.php/rbdr/article/view/9832>. Acesso em: 22 jun. 2025.

TESSARI, C. A. Trabalhadores temporários para o café: mecanização e núcleos coloniais em São Paulo, 1895-1911. **Estudos Econômicos** (São Paulo), São Paulo, v. 44, n. 2, p. 409–434, jun. 2014. Acesso em: 22 jun. 2025.

TOLEDO, J.L.B.; BARBOSA, A.T. Classificação e degustação de café. Brasília: Sebrae; **Associação Brasileira da Indústria do Café**, 1998.

TOSI, P. G.; FALEIROS, R. N. Domínios do café: ferrovias, exportação e mercado interno em São Paulo (1888-1917). **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 20, n. 2, p. 417–442, ago. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-06182011000200008>. Acesso em: 22 jun. 2025.

TRUZZI, O. **Café e indústria**: São Carlos - 1850-1950. São Carlos: EdUFSCar, 2007. 278 p. ISBN 978-85-7600-143-4.

VOGT, M. A. B.; Developing stronger association between market value of coffee and functional biodiversity. **Journal of Environmental Management**, [S.l.], v. 269, p. 110777, 1 set. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jenvman.2020.110777>. Acesso em: 5 dez. 2024.

XIMENES, L. J. F.; VIDAL, M. F. Produtor de café no Brasil: mais agro e menos negócio. **Caderno Setorial ETENE**, Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, v. 2, n. 12, p. 1-16, ago. 2017. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/s482-dspace/handle/123456789/326>. Acesso em: 13 jul. 2025.